

Diversidade Sexual na Escola

Uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens

EDIÇÃO ESPECIAL

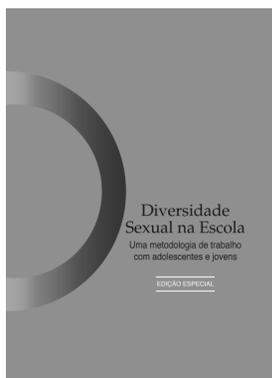
Beto de Jesus
Lula Ramires
Sandra Unbehaum
Sylvia Cavasin



CORSA

São Paulo, agosto de 2008

Edição Especial



Esta é uma edição especial, revista e ampliada por solicitação da Fundação para o Desenvolvimento da Educação.

São Paulo, agosto de 2008.

ECOS – Comunicação em Sexualidade

Equipe técnica

Sylvia Cavasin, Sandra Unbehaum, Osmar de Paula Leite, Vera Simonetti, Lena Franco, Juny Kraiczky, Maria Adrião, Teo W. Araujo.

Equipe administrativa

Sandra Pessoa, Gisele Nascimento, Dilma Nazário.

Equipe CORSA

Cristiano Valério, Dario Sousa Neto, Lula Ramires, Marcelo Hailer, Marcio Dantas, Marcos Visnadi, Vicente Santos.

Colaboradores

Teo Weingrill Araújo, Claudio Pedrosa

Revisor

Mitsue Morissawa

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica

Moema Kuyumijan Design

Impressão Gráfica

Maxprint Editora e Gráfica Ltda.



comunicação em sexualidade

Rua Araújo, 124, 2º andar
CEP 01220-020 Vila Buarque
São Paulo - SP
Fone/fax: (11) 3255.1238
Site: www.ecos.org.br
E-mail: ecos@uol.com.br



Rua Conde de São Joaquim, 179
CEP 01320-010 - Bela Vista
São Paulo - SP
Fone: (11) 3773 5514
Site: www.corsa.org.br



1ª Edição

A primeira edição deste livro foi realizada em 2006 com apoio do PROSARE – Programa de Apoio a Projetos em Sexualidade e Saúde Reprodutiva, desenvolvido pela CCR – Comissão de Cidadania e Reprodução, em parceria com o CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, com o apoio da John D. and Catherine T. MacArthur Foundation.

Autores/as

Beto de Jesus, Cláudio Pedrosa, Cláudio Picazio, Edith Modesto, Isabel Costa, Lula Ramires, Sandra Unbehaum, Sylvia Cavasin.

Revisor

Nilton Hernandez

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: Érika Nagasaki, Tiago Marques Palareti

Agradecimentos

A primeira edição deste livro foi lançada em 2006, dentro do projeto **Diversidade Sexual na Escola: Formação de Educadores**, com aporte do Programa de Apoio a Projetos em Saúde Reprodutiva e Sexualidade/PROSARE e da Fundação MacArthur. O projeto, fruto da parceria entre as organizações não-governamentais ECOS – Comunicação em Sexualidade e CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade, Amor, realizou o primeiro curso para educadores/as e lançou o livro *Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens*.

Colaboradores e colaboradoras permitiram a realização do livro em 2006 e a eles seremos sempre gratos/as:

Ao grupo de especialistas que participou do processo de elaboração da primeira edição do livro: Claudio Pedrosa, Claudio Picazio, Edith Lopes Modesto, Isabel Costa, Edmilson Medeiros, Edemir da Silva pelas discussões qualificadas e diferentes formas de marcar este trabalho.

À Oficina Pedagógica da Diretoria Norte 1, pela acolhida e apoio à realização do primeiro projeto nas escolas, cujo êxito foi fundamental para a continuidade dos cursos em outras Diretorias nos três últimos anos.

Aos formadores do primeiro curso: Alexandre Yamaçake, Barbara Graner, Beto de Jesus, Cláudia Vianna, Cláudio Picazio, Cristiane Simões, Dulce Xavier, Isabel Costa, Lula Ramires, Janaína Lima, Sandra Unbehaum, Sylvia Cavasin, Tommaso Besozzi, Valéria Busin, que aceitaram o desafio de compor o primeiro programa de curso e transformaram o tema da diversidade sexual em conhecimentos aplicáveis ao cotidiano dos/das educadores/as.

Em especial, agradecemos aos/às 154 educadores/as que concluíram o primeiro curso de formação.

Infothes Informação e Tesouro

J56 Jesus, Beto de e outros
Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens. / Beto de Jesus.
Ed. Especial, revista e ampliada. – São Paulo: ECOS – Comunicação em Sexualidade, 2008.
92 p.

ISBN

1. Educação. 2. Sexualidade. 3. Educação Sexual. 4. Direitos Humanos. 5. Homofobia. 6. Metodologia de Ensino. 7. Currículo Escolar. 8. Formação de Educadores. 9. Adolescentes. 10. Escola Pública. 11. Heterossexualidade. 12. Homossexualidade. 13. Bissexualidade. 14. Igualdade de Gênero.
I. Título. II. CORSA. III. Cavašin, Sylvia. IV. Ramires, Lula. V. Unbehaum, Sandra. VI. Fundação para o Desenvolvimento da Educação.

CDU 37:577.8
CDD 37.047

Catálogo elaborada por Wanda Lucia Schmidt – CRB-8-1922

Sumário

APRESENTAÇÃO

A seleção de temas e conceitos.....	9
Dados de realidade	10
A escola como aliada.....	11
O material	12

CAPÍTULO I

DESCONSTRUINDO MITOS.....	15
----------------------------------	-----------

CAPÍTULO II

GÊNERO E SEXUALIDADE SOB A ÓTICA DA DIVERSIDADE SEXUAL.....	29
Sexo biológico.....	34
Identidade de gênero	34
Orientação sexual.....	36

CAPÍTULO III

TRANSGÊNEROS: CORPO, SEXO E IDENTIDADES.....	39
---	-----------

CAPÍTULO IV

DIVERSIDADE SEXUAL E PRÁTICAS CURRICULARES.....	43
--	-----------

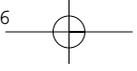
CAPÍTULO V

TRABALHANDO A DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA	49
Qual a nossa proposta?.....	50
Situações desafiadoras – Revendo preconceitos.....	52
Atividades que a escola pode realizar.....	62
1 – É ou não é.....	63
2 – Conhecer para não discriminar.....	67
3 – Desconstruindo estereótipos.....	70
4 – Medo de quê?.....	73
5 – Violência no ambiente escolar	75
6 – Diversidade sexual: o que é isso?.....	77
7 – “Qualquer maneira de amor vale a pena”.....	79

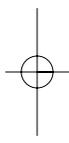
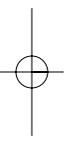
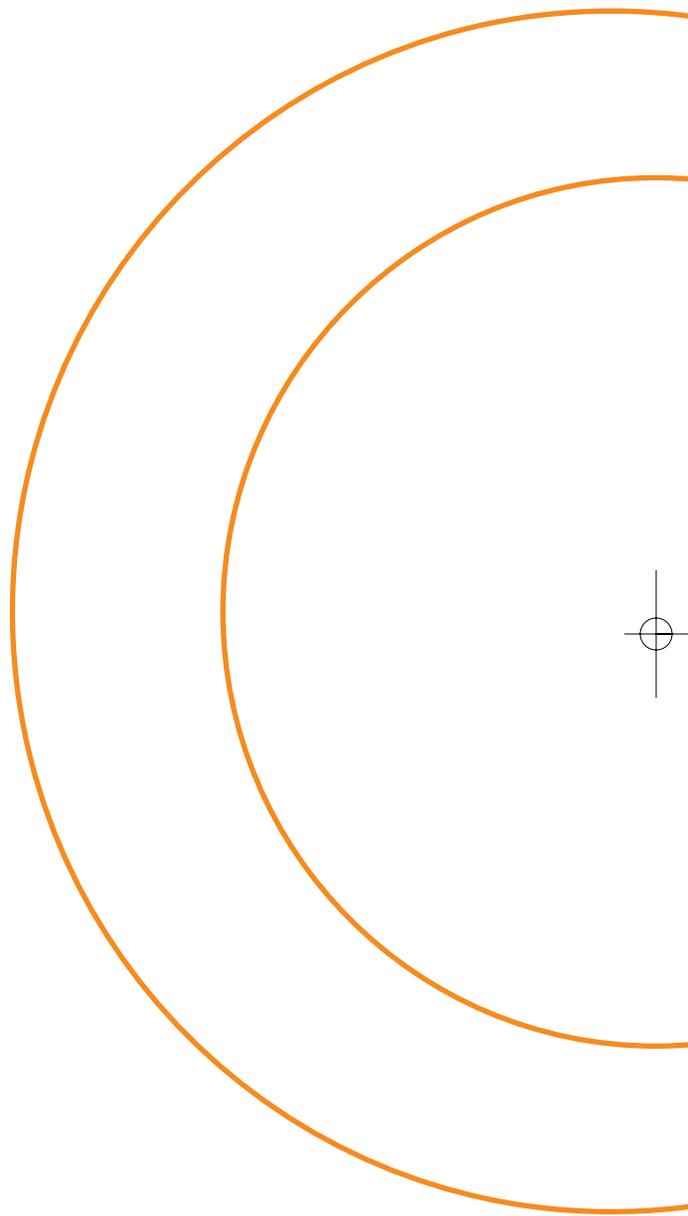
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
----------------------------------	-----------

Bibliografia Mencionada e Recomendada.....	89
---	-----------

Sobre os/as autores.....	91
---------------------------------	-----------



Apresentação



APRESENTAÇÃO

EDIÇÃO ESPECIAL

As organizações não-governamentais ECOS – Comunicação em Sexualidade e o CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor acreditam que é preciso refletir sobre a educação, hoje, na perspectiva de construção de uma sociedade democrática, capaz de assegurar direitos sociais, políticos, econômicos e culturais para todas as pessoas. Isso significa garantir que as diferenças de classe, de raça/etnia, etárias, de gênero, de orientação sexual e de identidade de gênero não contribuam para a legitimação das hierarquias sociais e da exclusão.

Desde sua concepção, o livro *Diversidade sexual na escola* foi pensado para o ambiente de ensino, visando atender à demanda de educadores/as interessados/as em trabalhar com o tema no cotidiano escolar. É uma produção do projeto Diversidade Sexual na Escola: Formação de Educadores, resultado da parceria, iniciada em 2004, entre ECOS e CORSA e que se estende até hoje.

No município de São Paulo, a Diretoria de Ensino Norte 1 foi a pioneira na implementação do curso e na utilização do material produzido pelo projeto. A expansão para outras duas Diretorias de Ensino se deu nos anos subsequentes, em 2006 e 2007, por meio de parceria entre ECOS, CORSA e FDE – Fundação para o Desenvolvimento da Educação da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo – e de aporte da SECAD/MEC – Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, em decorrência da execução do Programa Brasil sem Homofobia, que prevê, entre suas ações para a área de educação, “fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade”.

Em cada uma dessas Diretorias, foram realizados cursos de formação de 40 horas, contando também com a participação de técnicos do Departam-

Apresentação

mento de Educação Preventiva, coordenado pela Gerência de Educação e Cidadania e vinculado à Diretoria de Projetos Especiais da FDE.

Apesar de já ser contemplado por um dos Projetos do Departamento – Prevenção Também se Ensina –, a partir de 2005, o tema diversidade sexual ganhou destaque especial nos programas de educação permanente para educadores/as e na seleção dos materiais distribuídos para todas as escolas da rede de educação do Estado de São Paulo. Exemplo disso é a realização desta edição especial, que visa ampla distribuição para a rede estadual de ensino.

O livro é fundamentalmente pautado pela defesa dos direitos humanos e pela perspectiva de erradicação da homofobia (preconceito contra os homossexuais) e de “desnaturalização” das relações desiguais de gênero, princípios que regem toda atuação técnica e política da ECOS e do CORSA. Seu objetivo é subsidiar a prática educativa para desconstruir o *paradigma naturalista* da dominação masculina, traduzido nos valores da masculinidade hegemônica secularmente vigente em uma sociedade heteronormativa, ou seja, regida pela norma heterossexual. A idéia é que ele seja um material adequado para os/as educadores/as avaliarem e reverem seus *pré-conceitos* em relação às orientações sexuais e identidades de gênero e à própria sexualidade dos/das jovens. Espera-se que colaborem, por meio de seu trabalho pedagógico – também fora da sala de aula – para o enfrentamento da discriminação.

Todos os dias, em todos os lugares do mundo, milhões de pessoas são vítimas da homofobia, que se traduz em ódio, desprezo, intolerância e rejeição por quem demonstra ou sente atração afetiva e sexual por pessoas do mesmo sexo ou revela condutas diferenciadas em relação aos padrões tradicionais de gênero. São incontáveis os casos de agressões e assassinatos por conta dessa intolerância.

A aceitação da orientação afetiva e sexual entre pessoas do mesmo sexo é ainda difícil, gerando discriminação e violência. O relatório anual do Centro de Justiça Global sobre Direitos Humanos no Brasil (2003) apontou a violência contra os LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) como um dado preocupante, indicativo da violação de direitos humanos e da ausência de medidas concretas que coíbam e punam tais crimes.

Essa violência horroriza e sensibiliza um número cada vez maior de pessoas preocupadas com a consolidação de padrões de civilidade, justiça e solidariedade. A escola é um importante espaço de reflexão e ação contra o preconceito. Esperamos que esse livro estimule toda a comunidade escolar a atuar pela erradicação de qualquer forma de discriminação e preconceito contra lésbicas, gays, travestis e transexuais.

A seleção de temas e conceitos

A concepção de *diversidade sexual* aqui adotada refere-se ao reconhecimento das diferentes possibilidades de expressão da sexualidade ao longo da existência dos seres humanos. A *heterossexualidade* – a relação sexual ou afetiva sexual com pessoas do sexo oposto – é apenas uma entre outras formas de sexualidade, que se legitimou amplamente na sociedade em vista da associação entre sexo e procriação. A *homossexualidade* e a *bissexualidade* são outras possibilidades, uma total e a outra parcialmente desvinculada da relação homem-mulher. É preciso considerar também as diferenças de expressão do desejo e da sexualidade dentro de cada grupo. Por exemplo, mesmo entre os heterossexuais, a satisfação sexual não é obtida sempre da mesma forma. Certas práticas, indispensáveis para a satisfação de alguns casais heterossexuais, são pouco interessantes, desagradáveis ou mesmo repulsivas para outros casais desse mesmo grupo. Portanto, não existe só uma possibilidade de expressão da sexualidade ao longo da vida, ou seja, um único modelo válido de experiência sexual. Se conseguirmos entender a sexualidade em toda sua dimensão humana, vamos perceber que o modelo reprodutivo – que implica a participação de atores de sexos opostos – é apenas um modelo, e não necessariamente o único. Outros tipos de relacionamento são legítimos; não existe uma relação direta entre sexo biológico, orientação sexual e identidade de gênero.

A aceitação da diversidade sexual varia de acordo com os costumes de determinada época e com o tipo de sociedade. A identidade de gênero, ou seja, a maneira como o masculino e o feminino são vistos e vivenciados em determinado contexto, é prescrita pelos padrões culturais vigentes. A própria sexualidade é influenciada pelos valores e costumes de uma época. Na Grécia antiga, os gregos cultivavam a relação entre homens e a consideravam algo

Apresentação

muito nobre. Esse exemplo, visto com os olhos de hoje, reforça a percepção de que tempo, espaço e lugar influenciam decisivamente as visões de mundo.

Parece-nos inquestionável que não existem valores sociais definitivos, ou melhor, verdades absolutas em nenhum campo da experiência humana, no qual se inclui obviamente a sexualidade. Cada contexto histórico, com seus paradigmas, saberes, ambiguidades e intolerâncias, marca a complexidade da vida humana.

Ao abordar o tema da diversidade sexual, este livro permite aos/as educadores/as questionar a heterossexualidade como modelo único, ir além da polarização homem-mulher e dos padrões de gênero que lhes são tradicionalmente atribuídos e aprofundar-se nas múltiplas facetas da sexualidade.

A ótica da *igualdade de gênero* é fundante nesta proposta e está presente em todo o desenvolvimento do trabalho. Isso se justifica, em primeiro lugar, pelo fato de o conceito de *gênero* ser ainda pouco debatido no âmbito da educação. Embora perpassem todas as interações no interior da escola, as relações de gênero são pouco discutidas enquanto relações de poder e de hierarquia entre homens e mulheres. Na realidade, estão ainda ancoradas na idéia de que os papéis masculinos e femininos são naturais. Assim, vamos tratar de compreender e questionar as construções de gênero e identificar os estereótipos associados ao masculino e ao feminino e suas relações com a homofobia, tomando também o ponto de vista histórico. Em segundo lugar, ao falar de diversidade sexual, estamos tratando de temas que remetem às relações entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens, que podem, ou não, estar pautadas pela heteronormatividade e pelo desempenho dos papéis de gênero tradicionais.

Dados de realidade

Pesquisa realizada pela Unesco, em 2004, sobre juventude e sexualidade mostrou que cerca de 1/4 dos/as alunos/as não gostaria de ter um colega de classe homossexual. A violência contra homossexuais é considerada a terceira violência mais grave pelas jovens e a sexta pelos rapazes.

Alarmantes são também os indicadores da pesquisa *Perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam*, também realizada pela

Unesco. Dos/as educadores/as que participaram da pesquisa, 59,7% declararam ser inadmissível que uma pessoa tenha experiências homossexuais (Abramovay, 2004). Essa intolerância à diversidade de orientações sexuais torna-se tão cruel a ponto de impor a muitos/as jovens uma vida de sofrimento e exclusão, com desrespeito a seus direitos sexuais e reprodutivos.

Trabalho realizado pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro, mostra, com base nos primeiros 500 casos atendidos pelo Disque Denúncia Homossexual nessa cidade, que as agressões contra homossexuais se concentram no que foi classificado como "crimes de ódio" (Ramos, 2002; Relatório Justiça Global, 2004). Segundo a coordenadora da pesquisa, os crimes de ódio envolvem práticas que vão desde a discriminação (20,2%) em estabelecimentos comerciais, na escola ou no trabalho até as agressões físicas de menor ou maior gravidade, em que são numerosos os homicídios. A homofobia, portanto, não é inócua, e deve ser compreendida como uma variante das diversas formas de intolerância, como a racial/étnica, a religiosa, a de classe e a de gênero. Esses são apenas alguns dos aspectos que justificam um investimento incisivo no enfrentamento da discriminação contra lésbicas, gays, transexuais e travestis. A educação cumpre um papel de destaque nesse enfrentamento, como espaço privilegiado para construção de uma ética que inclua o respeito à dignidade humana.

A escola como aliada

A escola é fundamental na desconstrução de mitos e preconceitos, na promoção de valores democráticos de respeito ao outro e na transformação social. É na escola que se formam cidadãos e cidadãs atuantes. É também o espaço para que eles e elas sejam respeitados e respeitadas em suas especificidades. A escola não é só um lugar de transmissão do saber, é onde se aprendem valores e atitudes e de onde se levam as boas e as más lembranças, os bons e os maus exemplos de convivência, amizade e solidariedade. Qual de nós não teve um professor ou uma professora por quem alimentamos uma grande admiração? Muitos até influenciaram na escolha da nossa profissão.

Apresentação

Para os/as alunos/as LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis), porém, a escola tem sido quase sempre um ambiente hostil. Eles têm uma visibilidade que não desejam. São vítimas de piadas e risos, e de agressões físicas e verbais. São sempre apontados de maneira negativa por conta de sua identidade de gênero e orientação sexual. Tais comportamentos agressivos e violentos são fatores que levam muitos/as desses/as alunos/as a abandonar a escola. Quando permanecem, não têm boas lembranças desse período.

A homofobia na escola não deve ser banalizada, passando como algo rotineiro, comum ou “de fase”. Precisa ser encarada como uma reprodução, no universo da escola, da violência que se encontra na sociedade como um todo.

Quando se trata de discutir a sexualidade com o/a adolescente, o/a educador/a não deveria, por exemplo, partir do pressuposto de que toda a classe é heterossexual. Sempre haverá a probabilidade de encontrar estudantes que se interessam afetiva e sexualmente por colegas do mesmo sexo.

Além dessas considerações, existe uma especificidade do/a aluno/a LGBT na escola que o/a distingue dos membros de outros grupos sociais vítimas de preconceito: a adolescência é a época das primeiras vivências sexuais. Nisso, a escola representa para os/as alunos/as um contexto social importante, quando não o principal, onde acontecem alguns dos primeiros contatos sexuais. Até mesmo as experiências ocorridas fora da escola são depois comentadas entre colegas e amigos/as nos pátios e salas de aula. É também na escola que o/a adolescente pode contar com uma rede de apoio e de informação, que o/a torna menos vulnerável a situações de abuso e a comportamentos de risco. No caso do/a aluno/a LGBT, a homofobia faz com que ele/a esconda, disfarce ou até reprima a própria sexualidade.

O material

A experiência dos/as participantes deste livro na formação de educadores/as mostra que são raros, no Brasil, materiais que abordem a diversidade sexual numa perspectiva de valorização da dignidade da pessoa humana, de enfrentamento dos preconceitos e das discriminações por orientação sexual e identidade de gênero. Mais raros ainda são os

materiais que possam subsidiar a atuação dos/das educadores/as em sala de aula, com atividades práticas.

Nosso desafio foi, portanto, construir um livro composto:

- por textos em linguagem acessível, sobre os temas relativos às questões de gênero, sexualidade, diversidade sexual, direitos humanos, sempre com ênfase no enfrentamento da homofobia e da discriminação de gênero, sem deixar de observar a complexidade dos temas e o rigor conceitual;

- por um material com uma proposta específica, objetiva, destacando que ações na esfera educacional podem fazer a diferença na construção de uma sociedade mais justa e respeitosa;

- por informações que apóiem os/as educadores/as, para que possam conduzir um debate competente e não se perder em meio aos desafios. A expectativa é a de que os/as educadores/as disponham de recursos didáticos e teóricos para não ficarem omissos diante de cenas explícitas de homofobia, dando-lhes o mesmo estatuto das outras formas de discriminação, como o racismo e o sexismo (discriminação de sexo).

O livro foi organizado em capítulos. O primeiro deles – “Desconstruindo mitos” – apresenta as principais dúvidas sobre diversidade sexual, selecionadas a partir de nossas oficinas de formação com educadores e educadoras. Por meio de respostas claras e sucintas, busca esclarecer dúvidas de senso comum e desconstruir mitos originados da falta de informação e dos *pré*-conceitos.

O segundo capítulo – “Gênero e sexualidade sob a ótica da diversidade sexual” – foi elaborado tendo em vista a necessidade de conhecer alguns conceitos importantes para entender a diversidade sexual.

No terceiro capítulo – “Transgêneros: corpo, sexo e identidade” –, discutimos a temática das pessoas cuja identidade de gênero difere do seu sexo biológico.

O quarto capítulo – “Diversidade sexual e práticas curriculares” –

Apresentação

propõe a inclusão dos temas orientação sexual e identidade de gênero de forma transversal no currículo escolar.

No quinto capítulo – “Trabalhando a Diversidade Sexual na Escola” –, são apresentadas e discutidas algumas situações desafiadoras que podem ocorrer no ambiente escolar. Além disso, são sugeridas atividades práticas para que o/a educador/a possa discutir com os/as alunos/as a diversidade sexual e se opor à homofobia, de maneira proveitosa e instigante.

Aos educadores e às educadoras cabe dizer que a homofobia, como qualquer preconceito e discriminação, é uma construção social ampla e complexa, mantida por toda uma sociedade, e não foca exclusivamente as pessoas que mantêm relações afetivas e sexuais com pessoas do mesmo sexo. Cabe dizer também que o tema tratado neste livro é cercado de ambiguidades e não se esgota em uma única apresentação, mas os textos propiciam a reflexão, o diálogo e o desejo de ampliar conhecimentos e possibilidades de ação. Acreditamos que ao lerem este livro estaremos juntos/as nessa tarefa.

Bom trabalho!

CAPÍTULO I

DESCONSTRUINDO MITOS

Podemos compreender os mitos como relatos simbólicos, passados de geração a geração dentro de um grupo, que narram e explicam a origem de determinado fenômeno e não são necessariamente verdadeiros – como a idéia de que comer manga com leite¹ faz mal para a saúde. Mas são as dúvidas e a busca de esclarecimento que permitem desconstruir esses mitos. Pensando nisso, selecionamos as principais questões sobre a diversidade sexual que costumam aparecer nas discussões com educadores e educadoras. As respostas são sucintas, objetivas, pois mais adiante apresentamos textos que aprofundam esses conteúdos.

A sexualidade e o sexo são diferentes?

De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde, 1975), a sexualidade é parte integrante da personalidade de cada um de nós. A vivência da sexualidade é própria do ser humano, constitui uma dimensão da liberdade humana e está relacionada com a busca do prazer físico e emocional.

A vivência da sexualidade não se limita à relação sexual, pois envolve sentimentos e nos motiva a procurar o contato físico e afetivo, a intimidade de um relacionamento, podendo ou não haver reprodução. Nesse sentido, a nossa sexualidade é um processo que se inicia em nosso nascimento, vai até a nossa morte e envolve, além do nosso corpo, nossa história, nossos costumes, nossa cultura. Já o sexo refere-se às características físicas ou anatômicas que distinguem o macho e a fêmea, isto é, remete a questões biológicas de cada pessoa.

1 Esse mito foi difundido pelos senhores de engenho, de algumas regiões do Brasil, para impedir que seus escravos, que se alimentavam à sombra das mangueiras, não bebessem o leite produzido nas fazendas. Esse mito caiu no consenso popular e virou uma crença que permanece até hoje, para muitas pessoas.

A sexualidade é muito mais do que a relação sexual. Ela é parte importante do conjunto de aspectos do nosso ser e da nossa vida.

Por que hoje se fala em orientação sexual e em identidade de gênero, para tratar das questões da sexualidade e da diversidade sexual?

Porque os dois conceitos estão intimamente relacionados a essas questões. É bom lembrar que não são a mesma coisa, apesar de estarem muito próximas!

A orientação sexual é o sentimento de atração afetiva ou sexual que temos por uma ou várias pessoas. Os seres humanos podem legitimamente se interessar sexualmente pelo sexo oposto, pelo mesmo sexo ou ainda por ambos os sexos. Serão, respectivamente, heterossexuais, homossexuais ou bissexuais.

A **identidade de gênero** refere-se à experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento. A identidade de gênero inclui o senso pessoal do corpo, no qual podem ser realizadas, por livre escolha, modificações estéticas ou anatômicas por meios médicos, cirúrgicos ou outros. Lembremos, em especial, das pessoas transexuais masculinas e femininas e das travestis. Mas todos nós temos nossa identidade de gênero, pois trata-se da forma que nos vemos e queremos ser vistos, reconhecidos e respeitados, como homens ou como mulheres.

O que é diversidade sexual?
A homossexualidade faz parte da diversidade sexual?

Diversidade sexual é a expressão usada para designar as várias formas de expressão da sexualidade humana. Assim sendo, a **homossexualidade**, assim como a bissexualidade e a heterossexualidade, integra a diversidade sexual. A homossexualidade é a orientação sexual e afetiva por pessoas do mesmo sexo ou gênero. É importante lembrar que o desejo e as relações afetivas e sexuais, sendo livres e consentidas entre as pessoas adultas, são igualmente válidas, não devendo existir hierarquia entre elas.

O sexo biológico determina minha orientação sexual, ou seja, por quem vou sentir desejo afetivo-sexual?

Não é o **sexo biológico** que determina a orientação sexual de uma pessoa. A orientação sexual resulta de um processo complexo e espontâneo de constituição dos afetos e do desejo erótico, para o qual contribui uma multiplicidade de fatores.

Quem nasce com um pênis pensará e agirá como um homem?
Quem nasce com uma vagina pensará e agirá como uma mulher?

Não necessariamente! A identidade de gênero se estabelece a partir de um processo dinâmico e complexo, que envolve aspectos genéticos, culturais e sociais, no qual as pessoas passam a se identificar com o masculino ou o feminino, não importando o seu sexo biológico. Uma pessoa nascida com o sexo masculino ou feminino pode formar uma identidade feminina ou masculina, tornando-se transexual ou travesti. Essas pessoas são as chamadas **transgêneros**.

Isso nos faz pensar que a identidade de gênero não está estruturada necessariamente na imagem física que o indivíduo tem de si, ou seja, não segue necessariamente o seu sexo biológico. Essa identidade está enraizada na percepção que a pessoa tem de si mesma, em seus conceitos e sentimentos e na maneira de se sentir confortável num corpo masculino ou feminino.

Todos os homens têm o mesmo jeito de ser masculino? Todas as mulheres têm o mesmo jeito de ser feminino?

Não. O comportamento masculino e o feminino

A identidade de gênero resume-se a como cada um se sente e se apresenta para si e para os outros, sendo homem ou mulher. Essa identidade não depende do sexo biológico e forma-se a partir de comportamentos socialmente constituídos para o masculino e o feminino.

Não deve haver valorização diferenciada das orientações sexuais (hetero, bi e homossexualidade) e, por isso, não se pode considerar uma superior a outra. Portanto, também não deve haver discriminação com base na orientação sexual.

são constituídos a partir das prescrições e normas estabelecidas pelos indivíduos, pela sociedade, pelo Estado, enfim, pela cultura. E podem ser muito diferentes de uma região para outra, de um Estado para outro, de um país para outro. Esse comportamento, essa forma de agir, é moldado pelas denominadas **normas de gênero**. O comportamento sexual é fortemente influenciado por essas normas, que estabelecem um modelo dominante de masculinidade e de feminilidade. Por exemplo, tomar conta de bebês é considerado atribuição feminina, uma vez que, para a nossa cultura, as mulheres são mais afetivas e delicadas para essa atividade. Apesar de, na atualidade, muitos homens participarem do cuidado com os filhos, de serem mais afetivos do que seus pais foram, ainda

se espera que a mãe cuide das principais necessidades da criança, cabendo ao pai o sustento da família.

O modelo heterossexual de família, baseado numa divisão sexual do trabalho doméstico, ainda é predominante. As normas de gênero expressam os costumes de um dado momento histórico e, por isso, podem sofrer mudanças.

Existe alguma relação entre o caráter de uma pessoa e sua orientação sexual ou identidade de gênero?

Não. A orientação sexual ou a identidade de gênero de uma pessoa nada tem a ver com seu caráter. O fato de alguém gostar afetiva e sexualmente de uma pessoa do mesmo sexo ou do sexo oposto não a tornará mais ou menos honesta, mais ou menos responsável ou uma pessoa melhor ou pior.

Numa relação entre mulheres lésbicas, uma delas faz o papel do homem? E na relação entre dois homens, um deles faz o papel da mulher?

Não necessariamente. A sexualidade é norteada por normas de gênero, as quais impõem modelos de comportamentos e de atitudes para cada sexo. A aprendizagem dessas normas passa por uma ordem que diferencia o masculino e o feminino, reforçando desigualdades e hierarquias entre os gêneros.

No caso das práticas sexuais num relacionamento homossexual, por falta de outros referenciais, muitas vezes é reproduzido o modelo tradicional de relação heterossexual, em que o masculino tem uma posição privilegiada em relação ao feminino. Não deveria haver, em nenhuma relação, seja homo, hetero ou bissexual, a reprodução da dominação do masculino sobre o feminino.

Toda orientação sexual é natural e espontânea ou é uma opção, uma escolha?

A pessoa homossexual não opta por ser homossexual, assim como o heterossexual não escolhe ser heterossexual, o mesmo acontecendo com os bissexuais. A orientação sexual é natural e espontânea, ou seja, ninguém acorda de manhã, olha no espelho e decide sua orientação sexual conforme seu humor ou estado de espírito. Basta pensar que, no mundo, segundo pesquisa da ILGA (International Lesbian and Gay Association), atualizada anualmente, 83 países criminalizam a homossexualidade, punindo-a com detenção e outros meios, e 7 países, com a pena de morte. No caso do Brasil, a quantidade de crimes contra LGBTs é bastante alta, fruto da violência homofóbica. Frente a esses dados, alguém **optaria** por ser preso, torturado ou morto?

A convivência com homossexuais pode influenciar alguém a se tornar homossexual?

Não. É impossível a qualquer pessoa, seja homossexual ou não, influenciar outra a ter a mesma orientação sexual que a dela. Um bom exemplo para entender isso é pensar que os/as homossexuais vêm de famílias heterossexuais. Se a orientação sexual fosse algo influenciado pelo convívio, então por que os homossexuais não são influenciados por seus pais?

Existe alguma diferença entre as relações amorosas dos/as jovens heterossexuais e as dos/as jovens homossexuais?

A única diferença entre essas relações é que os/as jovens heterossexuais não precisam esconder suas demonstrações de afeto em público porque essas relações são consideradas normais. Além disso, eles não sofrem agressões verbais e/ou físicas quando o fazem. Os/as jovens homossexuais geralmente vivem suas relações clandestinamente, com medo de serem descobertos, discriminados e atacados, pois a sua orientação sexual os torna vulneráveis a situações de violência e exclusão.

É correto usar o termo homossexualismo?

Não. O sufixo “ismo” torna o termo extremamente inadequado, pois o reveste de conotação negativa, atribuindo-lhe significado de doença, desvio, aberração. Basta notar que ninguém fala em sexualismo ou heterossexualismo. Daí a preferência pelos termos **homossexualidade**, **lesbianidade**, **bissexualidade**, **travestilidade**, **transgeneridade** e **transexualidade**.

A homossexualidade não é, como já foi classificada no passado, uma doença física ou problema psicológico. Em 1973, com base em estudos que demonstravam que ela nada mais é do que uma variação possível e legítima de manifestação do desejo sexual, a APA (Associação Americana de Psiquiatria) retirou-a do seu *Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais* (DSM). No Brasil, em 1985, o Conselho Federal de Medicina passou a não considerar a homossexualidade uma doença mental ou física. Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia publicou uma resolução que normatizou a conduta dos psicólogos diante dessa questão: “[...] Os psicólogos não colaborarão com eventos ou serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades”. O Conselho Federal de Psicologia, vale repetir, entende que a homossexualidade não é uma doença e, portanto, não deve ser tratada. O que os/as psicólogos/as podem fazer é ajudar a pessoa homossexual a conviver em harmonia com a sua orientação sexual.

As travestis e os/as transexuais são tipos de homossexuais?

Não, a travesti e o/a transexual não são tipos de homossexuais. Uma pessoa pode ser hetero, homo ou bissexual, ou seja, ter essa ou aquela **orientação sexual**. Outra coisa é sua **identidade de gênero**. A identidade de gênero de cada pessoa pode ou não corresponder ao seu sexo biológico ou percepção pessoal do corpo. Isso quer dizer que o sentimento de pertencimento a um determinado gênero está relacionado ao conforto ou desconforto que se sente com o próprio corpo.

As travestis e os/as transexuais constroem seu corpo (conjunto de características observáveis, aparentes, de um indivíduo) a partir do sentimento de pertencimento ao gênero que não corresponde ao seu sexo biológico. Então, uma travesti procura destacar essas características femininas observáveis, como seios, cabelos compridos, ausência de pêlos faciais etc., além de usar vestimentas e maneirismos correspondentes. O mesmo ocorre com os/as transexuais, e em muitos casos com modificações mais profundas, como, por exemplo, a cirurgia de redesignação genital. Partindo então desse corpo, que tem um gênero expresso, as travestis e os/as transexuais podem ser hetero, homo ou bissexuais. O que vai determinar isso é com quem ela/ele irá se relacionar afetiva e sexualmente.

Posso identificar um homossexual pela aparência?

Muitos gays/lésbicas agem e se comportam de forma considerada "masculinizada"/"feminilizada" sem que isso interfira no seu objeto de desejo e muitos/as heterossexuais agem e adotam um estilo de comportamento mais "delicado" ou masculinizado, o que não interfere em sua masculinidade ou feminilidade.

O fato de um homem apresentar uma atitude considerada mais afeminada, em nossa cultura, e de uma mulher ter uma postura socialmente considerada masculinizada não significa que sejam homossexuais. Jovens de ambos os sexos e até mesmo crianças são estigmatizados/as pelo fato de seu comportamento não se ajustar aos padrões masculinos/femininos. Um

menino que gosta de brincar com bonecas e uma menina que prefere lutar judô ou usar *shorts* a dançar balé ou usar vestido não serão necessariamente homossexuais na vida adulta.

Muitas vezes esse tipo de estigmatização está relacionado à concepção que se tem de gênero. Para entender isso, pode-se usar uma situação corriqueira na escola: quando um menino, por exemplo, demonstra algum tipo de afeto ou chora ao cair, invariavelmente os coleguinhas o chamam de “mariquinha” ou de “mulherzinha”. Esse tipo de atitude não tem necessariamente relação com homossexualidade, mas revela menosprezo ao feminino e às suas representações. Ou seja, o que está sendo dito, no fundo, é: “Você é tão fraco como uma mulher”. Essa situação é muitas vezes

reforçada pelo sistema educacional, que produz e reproduz uma divisão sexual de atividades e de espaços.

A aparência
ou jeito de ser
não determina
que uma pessoa seja
gay ou lésbica.

Falar com os/as alunos/as sobre homossexualidade ou diversidade sexual pode ser prejudicial para a formação deles/as?

Não. O fato de o/a educador /a tratar desse tema não induzirá um/a aluno/a à homossexualidade. Ao contrário, pode esclarecer dúvidas, ajudar a desconstruir mitos e permite interferir em situações de preconceito, evitando o fortalecimento da homofobia, muito presente em nossa sociedade, inclusive no ambiente escolar. Falar claramente sobre sexualidade e diversidade sexual contribui para que os/as jovens conheçam melhor seus próprios desejos, condição fundamental para que entendam e respeitem o desejo dos outros. A escola é um dos espaços privilegiados para se ensinar e praticar o respeito às diversidades. Falar das questões da diversidade sexual é algo que beneficia a escola como um todo, e não apenas os/as alunos/as LGBT. Muitos dizem: “Pra que estudar isso aqui, se não temos LGBT nesse espaço?” Tampouco temos esquimós em nossas escolas, mas estudamos diferentes povos, por entendermos que fazem parte das populações habitantes deste planeta, com suas culturas e histórias, e aprendemos a respeitá-los. Negar a existência

de LGBTs na escola é também uma forma de negar o respeito àqueles/as que têm orientação sexual diferente da heterossexual.

A diversidade deve ser vista na escola como um grande instrumento pedagógico, capaz de alçar os/as aluno/as a outro nível de compreensão da cidadania, introduzindo uma gama de situações e de sujeitos que ficam muitas vezes à margem do processo educativo por conta dos seus marcadores identitários (pessoas com idades que não correspondem à série escolar; indígenas, povos do campo e da floresta, deficientes, LGBT etc.)

A convivência de um/a aluno/a heterossexual com outro/a homossexual deve ser evitada? E com travestis e transexuais?

A convivência entre os jovens deve ser estimulada, não importa a orientação sexual, o gênero, a raça/etnia, a religião ou a classe social.

Pesquisa realizada pela UNESCO (2004) sobre juventude e sexualidade mostrou que cerca de 1/4 dos/as alunos/as não gostaria de ter um/a colega de classe homossexual, o que reforça a necessidade de trabalhar esse tema na escola.

Os heterossexuais não se tornam homossexuais, travestis ou transexuais somente pelo fato de conviverem com colegas que os sejam. As pessoas não devem ser julgadas pela sua orientação sexual ou identidade de gênero. É na convivência e na troca de experiência que aprendemos o respeito à diferença e a reconhecer a diversidade humana, o que é um legado para todos nós. É nesse convívio que também se estabelecem parâmetros de respeito e de proteção à dignidade humana. Devemos lembrar que aceitar a diferença não significa legitimar as desigualdades existentes.

Respeitar a diversidade sexual faz parte da ética e da cidadania, e isso faz bem para a Escola como um todo!

É importante abordar o tema da diversidade sexual mesmo se não houver alunos/as LGBTs na sala de aula?

Sim. Não faz sentido, por exemplo, trabalhar a sexualidade apenas

abordando a heterossexualidade. A maioria dos/as alunos/as homossexuais não é percebida como tal. Muitas vezes essa invisibilidade é reforçada pelo modo como o/a educador/a se relaciona com a sala, ou melhor, como enxerga o conjunto de seus alunos. Invariavelmente seu olhar está contaminado por uma heterossexualidade compulsória, como se todos os presentes fossem heterossexuais, e ele/a não percebe a necessidade de construir um espaço confortável para que outras orientações sexuais se manifestem de forma tranquila.

Os/as jovens lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis reconhecem o preconceito da sociedade em relação a eles/elas e têm medo de perder o respeito dos/as educadores/as e colegas, caso manifestem explicitamente sua orientação sexual. Muitos/as temem ainda a rejeição da família. É importante destacar que a diversidade sexual deve ser abordada no dia-a-dia escolar de forma transversal. Muitas vezes, abordar essas questões vale mais do que cumprir esse ou aquele conteúdo, pois garantirá uma maior harmonia na sala de aula e conseqüentemente um espaço mais propício para o aprendizado, além, é claro, de ampliar a visão do currículo muitas vezes entendido e limitado apenas aos conteúdos de sua grade.

A postura do/a educador/a em relação à orientação sexual e à identidade de gênero de seus/as alunos/as deve ser de acolhida e de respeito.

As regras de convivência e de comportamento na escola devem ser iguais para todos/as?

Sim, as regras de convivência e de comportamento na escola devem ser iguais para todos/as, não importa a orientação sexual e/ou identidade de gênero do/a aluno/a.

É importante reforçar que essas regras de convivência devem ser criadas coletivamente, com a participação de alunos e educadores, e de forma democrática. Só assim podem ser definidos os

limites para o espaço social comunitário e reforçada a importância da autonomia e da responsabilidade de todos.

Os/as alunos/as LGBT devem receber informações diferenciadas sobre sexo seguro e prevenção das DST –(Doenças Sexualmente Transmissíveis) e do HIV/aids?

O/a educador/a deve falar sobre esse assunto com qualquer aluno/a, pois ele não é prerrogativa de alunos/as LGBTs. A sexualidade e a prevenção devem fazer parte do projeto pedagógico de toda escola. Em relação a DST/HIV/Aids, é importante observar que os boletins epidemiológicos mais recentes têm apontado a incidência dessas doenças na população jovem (de 13 a 24 nos), independentemente da orientação sexual ou da identidade de gênero, indicando a necessidade de ações de prevenção voltadas a essas faixas etárias.

Considerar as DST/HIV/aids como problemas exclusivos da população LGBT é um grande equívoco. O/a educador/a deve preparar-se para falar sobre o assunto e responder às perguntas de seus/suas alunos/as de forma franca e aberta, sempre que eles/as solicitem. Se não tiver resposta imediata, deve fazer pesquisa. É um direito dos/as jovens receberem informações sobre seus direitos sexuais e reprodutivos e sobre a prática de sexo seguro.

Uma mulher lésbica tem vontade de engravidar e ser mãe?

Ser mãe é uma escolha, e não algo “natural”. A ideia de que, para se realizar, a mulher deve ter filhos é uma construção social, muitas vezes imposta a ela. Existem mulheres que querem ser mães e outras que não, o que não torna umas melhores e outras piores. O fato de ser mulher não deve implicar que deva necessariamente ser mãe, pois a maternidade é um arbítrio, uma escolha. Isso faz parte dos direitos sexuais e reprodutivos. Assim sendo, uma lésbica pode ter o desejo de engravidar ou de adotar

O/a aluno/a LGBT
tem os mesmos direitos
e deveres do/a
heterossexual.

A atitude de um pai ou de uma mãe não torna a filha lésbica ou transexual, nem o filho gay ou travesti.

uma criança, para criá-la junto com sua companheira. O importante é perceber que ela não pode ser discriminada ou ter menos direitos que uma heterossexual.

Da mesma forma, homossexuais masculinos podem desejar filhos e criá-los, exercendo as atribuições ligadas ao cuidado, que, embora se costume atribuir às mulheres, não são nem femininas nem masculinas, mas atividades humanas.

Se a mãe é superprotetora e o pai é ausente, o filho será gay?

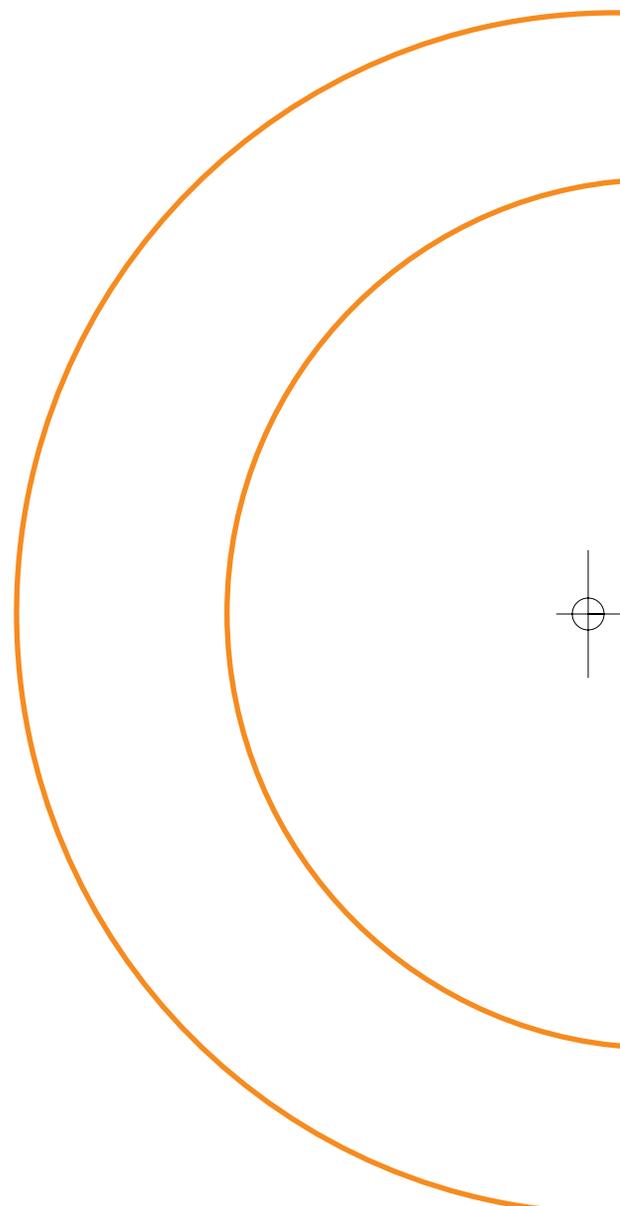
Não. Esse é um clichê repetido tantas vezes que muitos pensam ser verdadeiro. Carinho, afeto e amor não geram gays ou heterossexuais, mas pessoas mais humanas. Um pai ausente também não influencia a orientação sexual dos/as filhos/as.

Para desconstruir esse mito sobre pai ausente é importante lançar mão de alguns dados. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em cada cinco famílias brasileiras, uma é chefiada por mulher. Isso não significa que os filhos dessas famílias são ou serão homossexuais pela ausência do pai. Muitas vezes reforçamos preconceitos e estereótipos por meio de jocosidades, como aquele jargão de um programa humorístico televisivo, no qual o pai se interrogava a respeito de seu filho homossexual: "Onde foi que eu errei?"

O/A educador/a deve falar com a direção ou a coordenação pedagógica da escola sobre a homossexualidade de um/a aluno/a? Deve também procurar a família desse/a jovem?

O/A educador/a nunca deve falar sobre a orientação sexual de um

aluno/a sem o consentimento expresso dele/a. A orientação sexual nunca deve ser motivo de denúncia. A direção e a coordenação da escola devem ser procuradas somente se o/a aluno/a estiver sofrendo alguma situação de violência para a qual não foi encontrada uma solução. A família só deve ser procurada se for desejo do/a aluno/a. Deve-se também evitar quaisquer comentários na sala dos professores sobre a orientação sexual de algum/a aluno/a. É muito importante também que, se um/a aluno/a *confiou* a um/a educador/a sua orientação sexual, o vínculo de confiança não deve ser quebrado de forma alguma.



CAPÍTULO II

GÊNERO E SEXUALIDADE SOB A ÓTICA DA DIVERSIDADE SEXUAL

Para entender a diversidade sexual, é preciso antes apresentar e esclarecer alguns conceitos importantes, como os de **gênero** e **sexualidade**, de modo a alcançarmos uma visão mais arejada e fundamentada sobre o assunto. Grosso modo, atribuímos às manifestações sexuais um caráter puramente instintivo, e, mesmo quando elas dizem respeito aos seres humanos, costumamos considerá-las exclusivamente em função da nossa constituição biológica, isto é, nosso corpo sexuado que, nesse aspecto, é similar ao dos animais. No entanto, há algo importante que nos distingue: o ser humano é dotado da capacidade de simbolizar, atribuindo significado às coisas e às pessoas. Por isso, tudo o que sentimos e fazemos só pode ser compreendido no âmbito da cultura – o sistema que organiza os símbolos de uma sociedade. Decorre disso que o comportamento humano, de modo geral, e o sexual, em particular, está permeado pelos valores do meio que nos rodeia: nosso grupo social, nossa região geográfica, nossa época...

É verdade que, em função de nossa natureza biológica, nascemos “machos” ou “fêmeas”, o que é simbolizado pelo fato de chegarmos ao mundo com uma vagina ou um pênis. Porém, o lugar que ocupamos no meio social, a língua que falamos, o modo como nos portamos e nossa maneira de ver e estar no mundo são resultados de nossa experiência concreta de vida. Por isso, cada pessoa é única e, ao mesmo tempo, por sermos seres que só sobrevivem em coletividade, temos muito em comum com os outros humanos. Estamos na sociedade e ela está dentro de nós! Mesmo quando consideramos uma faceta que parece tão individual, tão peculiar a cada pessoa, como é o caso do desejo sexual, descobrimos por

trás dele poderosos mecanismos sociais que nos impelem para uma ou outra direção e, assim, determinam nossas escolhas.

Durante muito tempo vigorou a crença de que a sexualidade de homens e mulheres já estava totalmente programada antes mesmo do nascimento. Por exemplo, no cor-de-rosa submisso para as meninas e no azul conquistador para os meninos. E quem não se enquadrasse nesse esquema se veria às voltas com a reação adversa: o preconceito. Os diferentes eram vistos como doentes ou desajustados e tratados como inferiores. Certas normas sociais, tidas como “naturais”, sufocavam outras maneiras de ser e de viver o desejo e de satisfazê-lo sem culpa.

Hoje já é possível desvendar que, por trás desse processo, repousa uma estrutura social opressiva. Para apreendê-la e tentar “desmontá-la”, vamos recorrer a três conceitos: **sexo biológico**, **identidade de gênero** e **orientação sexual**. Por meio deles veremos que são muitas e variadas as maneiras de perceber a si mesmo e ao próprio corpo, de exprimir o que sentimos internamente, de se relacionar com outros que estão ao nosso redor. Tudo isso nos dará pistas para decifrar o **desejo** que irrompe no meio do caminho.

Há um ditado popular segundo o qual “sexo é como pizza: mesmo quando é ruim, é bom!” Essa frase jocosa revela um traço curioso de nossa sociedade, por meio de duas ideias: a de que a sexualidade envolve prazer e é, ao mesmo tempo, algo corriqueiro e que está ao alcance de todos. É pouco provável que essa frase fosse ouvida num ambiente mais conservador. Essa maneira de falar revela que o fenômeno da sexualidade, embora ainda hoje visto com pudor e cercado de mistérios, tem vindo à tona e ganhado força desde a segunda metade século XX, com uma intensidade sequer imaginável em épocas anteriores, muito mais puritanas. É o efeito da chamada **revolução sexual**, que sacudiu o Ocidente principalmente após a invenção da pílula anticoncepcional, o que contribuiu para dissociar o sexo da procriação. A sexualidade tornou-se mais visível, passou a ser tratada com mais espontaneidade e menos moralismo. Deixou aos poucos de ser um tema restrito às conversas reservadas entre adultos para estar nas ruas, nos bares, nos jornais, nos programas de rádio e TV e até na sala de aula.

Mas a que estamos nos referindo quando falamos de sexualidade? Trata-

se, evidentemente, de um assunto complexo que permeia a existência humana como um todo, algo que nos acompanha do nascer ao morrer. De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), a sexualidade, como conjunto dos fenômenos que constituem a nossa vida sexual, é parte integrante da personalidade. Constitui uma necessidade básica que não pode ser dissociada dos outros aspectos da vida. A sexualidade, no entanto, não se limita ao ato sexual ou à obtenção do prazer físico. Vai muito além: representa uma energia que nos motiva a buscar o outro através do contato, da intimidade e do amor. Afeta nossos sentimentos como também nosso pensar e agir.

Antes de abordar os três elementos mencionados, é preciso explicitar que nosso ponto de partida é o de que a **sexualidade**, como qualquer outro aspecto da vida dos seres humanos, é marcada pelas relações sociais. Por isso, para compreender melhor a atividade sexual humana e seus sentidos, é preciso inseri-la em seu devido contexto social, histórico e cultural.

A primeira ideia que nos vem à cabeça quando falamos de sexualidade é a de que se trata de algo “natural” e inato. Tendemos a pensar que homens e mulheres, por serem dotados de um corpo sexuado, identificável por meio dos órgãos genitais externos, são regidos única e exclusivamente pelas leis da biologia. Entretanto, ao observarmos as manifestações do comportamento sexual, percebemos que se diferenciam de uma sociedade para outra. Isso evidencia o fato de que as culturas encaram e constroem a sexualidade de formas diversas, cada uma à sua maneira. E mesmo dentro de uma única cultura, observamos alterações – mais ou menos profundas – ao longo do tempo. Para confirmar essa realidade, basta olharmos para nossos pais e mães, avôs e avós. Boa parte do que foi adotado como padrão na época em que eram jovens deixou de ser praticado no momento seguinte.

A sexualidade humana vai muito além dos fatores meramente físicos ou fisiológicos, pois é permeada por concepções, valores e regras que determinam, em cada sociedade, em cada grupo social e em cada momento da história, aquilo que é tido como certo ou errado, apropriado ou impróprio, digno ou indecente. Nesse emaranhado de relações sociais – que variam ao longo do tempo e que não são necessariamente as mesmas em cada coletividade humana – são produzidos e reproduzidos os padrões e as

condutas ligados não apenas à sexualidade, mas também ao lugar que cada um de nós ocupa na sociedade. Sabemos por experiência própria que o fato de ostentar um pênis ou uma vagina faz com que sejamos tratados de forma diferente. O conceito de **gênero** tal como elaborado pelo feminismo emerge justamente quando se passa a questionar esse tratamento diferenciado que reflete o conjunto de relações que não só distinguem, mas também e muitas vezes, opõem os seres humanos entre si a partir da percepção das diferenças sexuais.

Não é casual, portanto, que se estabeleçam, com base nas distinções corporais, dois mundos separados – o dos meninos e o das meninas – a cujo pertencimento aparentemente não escolhemos. Assim, desde o berço, a família e o meio social comunicam a cada indivíduo como deve se portar, as aspirações que pode ter, seus direitos e deveres em decorrência de pertencer ao universo masculino ou ao universo feminino.

Mais do que isso, na maioria das sociedades, constata-se que esta diferença engendra uma enorme **desigualdade** na divisão dos atributos entre homens e mulheres. Esse desnível se evidencia em todos os contextos: familiar, escolar, social, econômico, político, religioso... Fica claro que existem fronteiras – mentais e práticas – que separam as tarefas e as atitudes tidas como apropriadas, válidas e legítimas relacionadas ao sexo masculino e ao sexo feminino. A ausência de igualdade se expressa numa **hierarquia** segundo a qual um polo é valorizado em detrimento do outro, que é, conseqüentemente, depreciado. Dependendo do sexo da pessoa que realiza a ação, atribui-se um significado positivo ou negativo. Analisemos um exemplo banal: um homem que tem experiências sexuais com várias mulheres costuma ser tido em alta conta, considerado um “garanhão”. Já uma mulher que tome a liberdade de se relacionar com diversos homens recebe uma sanção social negativa, sendo chamada de “galinha”. O resultado dessas concepções é a concentração do poder nas mãos do grupo masculino em detrimento do feminino.

Chamamos de **gênero** o conceito que permite a compreensão, a análise crítica e a superação dessas diferenças e contrastes entre homens e mulheres. Nosso intuito, ao enfatizarmos as relações de gênero na discussão da sexualidade, é justamente evidenciar que esta não se restringe simplesmente às práticas que envolvem os corpos, à busca do prazer e à

reprodução biológica da espécie. Gênero e sexualidade são dois aspectos – intimamente interconectados – de um processo mais amplo, que permite o controle e a manutenção da ordem social. Se há uma dominação dos homens sobre as mulheres, ela não surgiu do nada. A indagação que devemos nos fazer é: *fecharemos os olhos e deixaremos as coisas como estão ou iremos contribuir para mudá-las na proposição de um mundo mais justo para todas e todos?* Essa dominação – também chamada de **sexismo** e violência de gênero – ora é sutil, porque aparece como “natural”, ora é explícita, manifestando-se por meio de mecanismos de violência – não só física, mas também psíquica, não apenas individual, mas também institucional – que são exercidos toda vez que uma pessoa transgride as normas e padrões socialmente estabelecidos para o seu sexo.

Esse controle se dá, primordialmente, através de uma visão que exprime a dualidade dos sexos, mostrados como dois pólos opostos, que jamais podem ser confundidos, que estão em permanente contradição. Estar de um lado implica necessariamente não estar do outro. Assim, ser homem define-se antes e acima de tudo como não ser mulher, como ser alguém que nem sequer remotamente possa realizar ou assumir condutas, papéis e funções que são atribuídos ao universo feminino, tido como o contrário do masculino. O mesmo vale para a mulher.

No âmbito da escola, uma perspectiva crítica de gênero implica questionarmos, tanto nas relações cotidianas quanto no conteúdo pedagógico esse pretenso “dualismo”, cuja consequência é colocar homens e mulheres num eterno duelo, valorizando-se *a priori* tudo o que é tido como masculino e desvalorizando, ou ao menos relegando a um plano inferior, tudo o que é associado ao feminino. Vejamos então como essa situação se desenrola e se estrutura, na prática cotidiana e diante de nossos olhos, recorrendo aos elementos que mencionamos anteriormente.

Na perspectiva da imensa diversidade que a sexualidade humana abrange, faremos um recorte baseado em três aspectos que nos parecem fundamentais: o sexo biológico; as identidades de gênero; a orientação sexual.

Chamamos de gênero o conceito que permite a compreensão, a análise crítica e a superação das diferenças e contrastes entre homens e mulheres.

Sexo biológico

Como já vimos, o pensamento binário que separa e opõe masculino e feminino se apoia numa concepção “naturalizante” dos corpos biológicos. É verdade que, no âmbito físico, os seres humanos se diferenciam desde o momento da concepção. O desenvolvimento do feto já apresenta uma constituição distinta quanto ao sexo, resultado da existência do par de genes XY ou XX, responsáveis pelo aparecimento do pênis ou da vagina e dos diferentes aparelhos reprodutores. O sexo genético estabelecido na fecundação determinará a ação dos hormônios que promoverão a diferenciação e o desenvolvimento da genitália, tanto interna quanto externamente, bem como as características sexuais secundárias (pelos pubianos, barba ou mama, entre outras). Podemos afirmar então que nenhum/a de nós nasce de fato homem ou mulher, mas que, estritamente do ponto de vista da biologia, somos machos ou fêmeas. E nisso somos semelhantes às plantas e aos animais. Destacamos também a existência de apenas **dois** sexos, pois a ciência nos obriga a descartar a hipótese de haver um “terceiro sexo”.

Identidade de gênero

Em decorrência do fato de possuímos genitais de um ou de outro sexo, desencadeia-se um mecanismo que concebe e regula as relações tanto de gênero quanto de sexualidade. Como seres sociais e culturais, somos dotados de uma interioridade e de uma exterioridade. Carregamos conosco as percepções e sentimentos acerca daquilo que está ao nosso redor e, por meio do processo de socialização, vamos construindo uma maneira peculiar de ser que se manifesta em nossos gestos, em nossa voz, em nossas roupas e adereços, em nossos afetos, em nossas palavras e ações. Há um embate permanente entre o que está “dentro” de nós (a vida psíquica) e o que está “fora” (as interações com o meio externo e com os outros), o que produz a nossa IDENTIDADE, num incessante jogo de espelhos no qual se reflete o que acreditamos ser e a maneira como somos vistos e tratados pelos demais. É o nosso “eu” individual que só pode existir e se firmar na relação com os outros.

A sexualidade representa evidentemente uma dimensão primordial na construção da nossa identidade. Envolve a percepção que temos de nosso corpo sexuado em confronto com o que os outros nos dizem a respeito do que nós somos. A **identidade de gênero** é, portanto, a maneira como alguém se sente e se apresenta para si e para os demais na condição de homem ou mulher ou, em alguns casos, de uma mescla de ambos, sem que haja nisso uma conexão direta e obrigatória com o sexo biológico. Uma travesti, por exemplo, lida com seu corpo sentindo-se **ao mesmo tempo** um ser feminino e masculino. Já uma pessoa transexual desconsidera o fato de ter nascido com um pênis ou com uma vagina para afirmar-se, respectivamente, como mulher ou homem a partir da forte convicção que tem de sua identidade de gênero.

Se nos mantivermos presos à dualidade polar e oposta da visão dos dois sexos, sem criticá-la, manteremos a expectativa de que toda pessoa que nasceu com um pênis se comportará como homem. Raciocínio similar ocorrerá em relação a quem nasceu com uma vagina: deverá se comportar como mulher. Os atributos tradicionais de gênero preconizam que os meninos sejam assertivos, competitivos, que se projetem para o meio exterior. Devem ser ainda agressivos para ocuparem seu espaço e, sobretudo, dominadores que não se deixam dominar. Das meninas, espera-se o oposto: que sejam dóceis, recatadas, preocupem-se com os demais e cuidem deles e, principalmente, estejam sempre prontas a ouvir e a obedecer.

Essas características e atributos são produções culturais que permeiam todo o universo "masculino" e "feminino" e demarcam as desigualdades de gênero, criando tarefas, atribuições e normas, profissões e estilos de vida que novamente opõem e hierarquizam os sexos. Em decorrência, um menino que goste de brincar de boneca ou uma menina que tenha habilidade para chutar bola são vistos como "ameaças" à ordem natural, e uma grande carga de repressão recai sobre eles. O mesmo ocorrerá em relação à tonalidade da voz, roupas e adereços, cuidados corporais, gostos em geral que não forem os socialmente esperados. O resultado dessa visão estreita será classificar como desviante da "norma natural" tudo o que está fora da hierarquização imposta.

Como efeito das lutas e das conquistas feministas em prol de uma maior igualdade entre os sexos, muitas reviravoltas têm ocorrido nas chamadas

relações de gênero. Poucas décadas atrás era impensável que um homem realizasse tarefas domésticas, como ir ao mercado, limpar a casa, lavar roupa, cozinhar, trocar fraldas do bebê etc. Profissões e carreiras que antes eram território exclusivamente masculino (de modo geral as que envolvem mando e maior remuneração) passaram a ser exercidas pelas mulheres. As fronteiras entre as ocupações masculinas e femininas perdem força e se embaralham. Aponta-se para um questionamento da desigualdade entre homens e mulheres e, por extensão, da prevalência do masculino sobre o feminino.

Orientação sexual

O último e não menos importante aspecto da sexualidade diz respeito ao **desejo erótico**. A nosso ver, a orientação sexual é o sentimento de atração que temos por uma ou várias pessoas tanto no âmbito afetivo como no sexual. É como um turbilhão que envolve fantasias e paixões, indicando o tipo de pessoa que nos atrai. Os seres humanos podem legitimamente se interessar sexualmente pelo sexo oposto, pelo mesmo sexo ou ainda por ambos os sexos. Serão, respectivamente, heterossexuais, homossexuais ou bissexuais. Esse interesse pelo/a outro/a pode desencadear afetos (amor, amizade, carinho), mas pode limitar-se ao contato corporal. Como, no entanto, nos é ensinado em nossa cultura, sobretudo pelas religiões, que o desejo sexual não deve existir desvinculado de algo “maior”, reprimimos aqueles sentimentos que julgamos não estarem de acordo com esse destino elevado (apaixonar-se, casar-se, ter filhos). Com isso, ao longo de nossas vidas aprendemos que as relações afetivas e sexuais são “normais” se ocorrerem entre pessoas de sexos opostos. É um verdadeiro arsenal de coerções de todos os tipos – culturais, sociais, físicas, históricas, financeiras – nos levam a “controlar” nossos desejos. Em muitas situações, a preferência sexual poderá ser ocultada ou camuflada, devido à força das convenções sociais e da conseqüente repressão que engendram quando alguém ousa descumpri-las.

Dado que a heterossexualidade foi erigida como **o padrão**, isto é, como a “única forma correta de vivenciar a sexualidade, socialmente aceita e inquestionável”, não é nada fácil para alguém admitir que é homossexual.

Quem sente um forte desejo por alguém do mesmo sexo se vê acuado pelo clima adverso que o/a condena como imoral, pecador/a ou até doente mental. Sozinho/a e sem ter com quem conversar, a pessoa pode condenar em si mesmo/a, com maior rigor e culpa, o que os outros dizem ser condenável, pois a maneira como se vê fica totalmente impregnada pelo preconceito. Por isso, desvaloriza-se, foge de si e de seus sentimentos e chega até a negar-se como pessoa, muitas vezes autoflagelando-se psíquica ou fisicamente.

Das três orientações sexuais possíveis – a hetero, a homo e a bissexual, possivelmente a última é a mais incompreendida. Novamente nos vemos às voltas com o raciocínio binário que, dessa vez, num outro patamar, nos impõe uma escolha mutuamente exclusiva entre homo e heterossexualidade. O próprio Freud chamava a atenção para o fato de que os seres humanos nascem abertos para se interessarem por ambos os sexos. Potencialmente, somos todos e todas bissexuais, pois carregamos a possibilidade de nos sentirmos atraídos/as pelos dois sexos. A sociedade, contudo, tem dificuldade em lidar com essa complexidade e empurra os indivíduos para “caixinhas fechadas”.

Durante a adolescência, é comum que jovens tenham experiências com colegas do mesmo sexo. De forma alguma isso é uma prova definitiva da orientação sexual. Pode indicar simplesmente um meio de buscar conhecer certas formas de satisfação e de tatear o universo do desejo erótico. Pode também ser o momento de uma descoberta, caso o/a jovem se sinta realizado/a e confortável com aquela experiência. Seja como for, uma coisa é certa: apenas quem vivencia o desejo é que pode afirmar, com certeza e tranquilidade, a sua orientação sexual.

Para concluir, enfatizamos que a **identidade de gênero** é sentir-se homem ou mulher, e o modo de expressá-la socialmente não se confunde com a orientação sexual (a atração afetiva e erótica pelo outro sexo, pelo mesmo sexo ou por ambos). Vale dizer que não se pode “deduzir” a orientação do desejo de alguém em função de traços de seu jeito de ser. Um homem cuja profissão o faz lidar com o público pode ser gentil e isso nada tem a ver com o fato de ser bi, homo ou heterossexual. Uma mulher pode ter preferências por outras sem ostentar uma postura agressiva, isto é, sem vivenciar o estereótipo da “caminhoneira”.

São praticamente infinitas as variações entre o estilo de comportamento, as identidades (como imagem de si mesmo/a e postura perante os outros) e a atração afetiva e erótica que uma pessoa tem por outra(s). Essas possibilidades compõem um universo extremamente colorido e amplo que denominamos **diversidade sexual**. Durante muito tempo, os homossexuais masculinos eram “identificados” (muitas vezes até entre eles mesmos) por apresentarem trejeitos considerados femininos. Em menor grau, a situação inversa também foi vivida pelas lésbicas. E as travestis e os/as transexuais permaneciam incompreendidas/os e eram duramente tratadas/os com desprezo, abuso e violência por motivos semelhantes.

Atualmente, em função de todos os questionamentos, transformações e conquistas ocorridas nas concepções do que é ser homem e/ou mulher, envolvendo desde a cultura popular até a ciência, as fronteiras começam a ficar menos nítidas e, conseqüentemente, o mundo torna-se mais arejado. Para entender o desejo do outro é necessário, antes de tudo, compreender a própria forma de ver a si mesmo/a e aos demais, de se relacionar consigo e com os outros e outras. O chavão já se tornou velho e repetido à exaustão em forma musical, mas hoje faz mais sentido do que nunca: “Qualquer maneira de amor vale a pena!”

CAPÍTULO III

TRANSGÊNEROS: CORPO, SEXO E IDENTIDADES

O termo **transgênero**, que é recente na linguagem cotidiana, tem dado margem a alguma confusão. Normalmente refere-se às pessoas cuja expressão de gênero não corresponde ao comportamento esperado delas, em função do que é socialmente definido para o masculino ou feminino. Mais recentemente, o termo tem sido usado também para definir pessoas que transitam entre as identidades de gênero, isto é, entre as masculinidades e/ou feminilidades. A palavra transgênero faz referência a uma parcela significativa de pessoas que vivenciam sua sexualidade e identidade de modo bastante peculiar, se comparadas aos padrões heteronormativos.

Aqui, vamos nos concentrar em esclarecer quem são as travestis, as/os transexuais e as *drag queens*. Existem outros exemplos de transgêneros: as *drag kings* (mulheres não necessariamente lésbicas que usam de artifícios de vestimenta, maquiagem e maneirismos para interpretar um personagem masculino); as *cross-dressers* (homens que gostam de se vestir com peças de roupas femininas, mas que não são necessariamente homossexuais); as transformistas (homens que se vestem de mulher para fazer *shows* musicais e de humor em casas noturnas e que também não são necessariamente homossexuais); as *butches* (mulheres lésbicas que se vestem e se comportam de maneira bastante masculinizada, aproximando-se do modo de se portar dos homens machões) entre outros.

Para decifrar o universo próprio das pessoas transgêneros, retomemos a noção de identidade de gênero. Ela se refere a como nos sentimos homens ou mulheres e a como queremos ser vistos/as, reconhecidos/as e respeitados/as. Nossa identidade de gênero não é construída somente a partir do corpo biológico, de macho ou fêmea, mas também da intersecção entre os aspectos biológicos, psicológicos, culturais e sociais que nos constituem. O caso das pessoas transgêneros deixa bastante claro como essa construção é complexa.

Uma **travesti** busca formas e maneiras femininas que implicam certos comportamentos e o uso de determinadas roupas e adereços, como saias ou vestidos, unhas pintadas, salto alto, maquiagem etc. Algumas investem em alterações físicas e estéticas, como o uso de silicone nos seios e nas nádegas; a retirada a *laser* de pelos faciais e a utilização de hormônios femininos para evitar o aparecimento de pelos e arredondar o corpo. Uma travesti, porém, não deixa de obter prazer com seu pênis e não tem intenção de alterar seu sexo biológico. Essas características costumam aparecer na puberdade e intensificam-se na adolescência. Portanto, o que caracteriza uma travesti é a **ambivalência**. Trata-se de alguém que se expressa de forma feminina, mas sem abrir mão de alguns atributos masculinos.

Os/as **transexuais**, por sua vez, são pessoas que, tendo nascido do sexo masculino ou feminino, se identificam a si mesmas como sendo do gênero oposto. Essa identificação conduz, em geral, mas não de forma exclusiva, à modificação hormonal e/ou cirúrgica do corpo e, em particular, dos genitais. A transexualidade tem sido tradicionalmente compreendida com um sentido fortemente normativo, que a define como uma expressão patológica, como uma enfermidade. Muitos/as transexuais assumem esse discurso e dizem que devem ser aceitas a partir dessa doença (disforia de gênero), pois não têm culpa de tê-la. Agindo desta maneira, deixam de reconhecer sua transexualidade como um direito e uma construção social e política. Felizmente, nos últimos anos, estão sendo difundidas críticas a essa compreensão. Do ponto de vista dessas críticas, a transexualidade é uma versão particular da relação entre o corpo, a identidade e a biotecnologia utilizada no processo de mudança. Ou seja, não existe um modelo *standard* de ser transexual. Muitos/as fazem cirurgias reparadoras, outros/as não; as vestimentas e maneirismos variam de indivíduo para indivíduo; a pessoa transexual pode ser hetero, homo ou bissexual; alguns/mas incorporam seu processo transexualizador numa atitude ativista, outros/as preferem fazê-lo de forma reservada.

As travestis e os/as transexuais estão na vanguarda da contestação de uma visão rígida das relações de gênero, pois subvertem a idéia binária de gênero, motivo pelo qual causam tanto incômodo nos espaços que frequentam.

Como se pode perceber, a travestilidade e a transexualidade são

fenômenos bem distintos. Merece destaque o fato de que as travestis são os alvos privilegiados do escárnio público e da violência, sobretudo as que se prostituem nas ruas (e assim o fazem por que, em sua grande maioria, foram hostilizadas na família, na escola, nos espaços comunitários de lazer e acabaram por dispor de pouca ou quase nenhuma educação formal, o que lhes impossibilitou entrar no mercado formal de trabalho).

A *drag queen*, por sua vez, é mais bem aceita socialmente por causa da presença na mídia, em festas e eventos de casas noturnas. Ela pode ser definida como uma personagem construída com o uso exacerbado de elementos do gênero oposto. São, na maioria das vezes, debochadas e espalhafatosas, tendo por objetivo realizar uma performance bem humorada. O efeito jocoso que seus trajes e adereços têm sobre os que a observam é parte importantíssima do *show*. Trata-se, no fundo, de uma fantasia capaz de mexer com o público, pois traz à tona diversos estereótipos de gênero com os quais a *drag queen* brinca. Mas é importante ressaltar que se trata apenas de uma figura construída e interpretada em determinadas situações e lugares. Ela não é uma personagem vivida 24 horas por dia. O indivíduo que gosta de ser *drag queen* não tem desejo de alterar seu corpo por meio de cirurgia ou implantes, tampouco com tratamento hormonal, como ocorre com as travestis e os/as transexuais.

Há outro ponto importante. Embora muitas *drag queens* sejam interpretadas como homossexuais, não há uma relação direta entre esse modo de expressão e a orientação sexual.

Um/a educador/a pode perguntar: como posso diferenciar na escola uma transexual de uma travesti? O que fazer? Não há uma resposta pronta e acabada para a questão. Isso de fato pouco importa. O fundamental é que ambas devem ser tratadas com respeito e incluídas no cotidiano da sala de aula e da escola. É importante tornar o ambiente escolar confortável e acolhedor para ele/ela. Um exemplo disso é, na realização da chamada, usar o nome social (nome escolhido por ela/ele) em vez do nome de registro, que não tem mais relação com a identidade elegida; outro é não criar condições embaraçosas quanto ao uso do banheiro elegido pela travesti ou pelo/a transexual. Outro elemento importante é não "diagnosticar" alguém como homossexual quando apresenta traços considerados próprios do gênero oposto. Um garoto tido como

“efeminado” pode ou não vir a ser gay. E também pode estar tentando expressar algo mais profundo relacionado à sua identidade de gênero. O mais importante é estar atento para eventuais situações de discriminação e ameaças de agressão que esses/as jovens podem sofrer.

Até dentro da chamada comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) se observa preconceito contra homens com traços e condutas tidas como “delicadas”. Isso mostra o poder do modelo dominante de masculinidade, que valoriza a força, os músculos, a postura agressiva, mesmo entre os homossexuais. Raciocínio similar aplica-se a garotas que se expressam de modo considerado apropriado apenas a homens.

Há, portanto, um trabalho de esclarecimento a ser feito na escola para obter a compreensão e o respeito para com os/as transgêneros. É recomendável que o/a educador/a se aproxime deles/as tornando-se disponível caso esses/as estudantes queiram conversar ou desabafar. Deve manter sempre uma postura de acolhida e de respeito a essa pessoa. Se houver necessidade, busque mais informações sobre o assunto e, se for o caso, indique algum grupo comunitário de apoio e defesa dos direitos dos LGBTs.

CAPÍTULO IV

DIVERSIDADE SEXUAL E PRÁTICAS CURRICULARES

"A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se despir."

Guacira Lopes Louro¹

Por que, às vezes, temos tanta dificuldade de incluir em nossas vidas pessoas que são diferentes de nós? Qual o papel da escola e dos/as educadores/as nessa questão, principalmente quando está relacionada à diversidade sexual? Sabemos que a escola produz e reproduz valores e ideias preconcebidas a respeito dos relacionamentos humanos. No caso da homofobia, a escola pode consenti-la ou mesmo ensiná-la. Mas é também nela que podemos elaborar e re-elaborar as relações humanas.

Este é o desafio: constituir um corpo de educadores/as capazes de discutir as questões de gênero, sexualidades, diversidade sexual, orientação sexual, identidade de gênero sem minimizar ou mesmo rotular indivíduos. Porém sabemos que a escola está carente dessa abordagem. Carente de políticas curriculares que descentralizem o conhecimento, ela não pode ser espaço para aprender apenas as letras e os números ou os conhecimentos acumulados pela humanidade, mas deve ser um lugar em que as pessoas aprendam a se conhecer e se respeitar.

Nos dicionários, o termo **diversidade** é apresentado como divergência, oposição, dessemelhança, qualidade daquilo que é diverso ou como

¹ LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

contraposto a unidade e harmonia, para citar apenas alguns exemplos. Essas definições não permitem estabelecer qualquer relação mais relevante com a diversidade sexual.

O que estamos propondo, a partir da abordagem deste livro, é dar novos significados à diversidade sexual, lembrando que ela é um componente da dimensão humana. Se observarmos mais de perto, todos somos diversos! Não são “os outros” os diversos, os diferentes. Somos todos diversos, pois somos únicos. Com base nisso, devemos considerar que existem várias possibilidades de vivência e experiência da sexualidade e, por isso, é importante dar-lhe um sentido “plural” – sexualidades. Daí a diversidade sexual.

Convém lembrar que somos parte de uma rede de relações culturais, historicamente construídas, que se mantém num jogo de forças complexo, marcado por conflitos derivados das diferenças que caracterizam indivíduos e grupos, mas também pela busca de equilíbrio na diversidade que caracteriza a vida humana.

Nascemos num determinado tempo e lugar, somos parte de um grupo familiar, de uma comunidade, de um país. Temos hábitos, costumes, valores e crenças ligados à nossa história e ao modo de vida do tempo e do lugar em que nascemos e crescemos. É importante notar que não somos apenas natureza. Somos também cultura e fazemos mais do que contemplar o mundo. Criamos e recriamos, interferimos na realidade, sonhamos, desejamos, buscamos conhecer o mundo. Um/a educador/a pode se dar conta ou não da diversidade, mas é bom lembrar que ela é real e não depende de nossa percepção ou permissão para que ganhe existência.

Nesse sentido, trabalhar na perspectiva da diversidade é como ganhar óculos e poder, e com eles mirar o mundo, conhecendo ou reconhecendo outros marcadores identitários – de gênero, de raça/etnia, geracional, de orientação sexual, de identidade de gênero – e com base nestes reconhecer novas possibilidades de relações sociais que irão gerar mais conhecimento e maior respeito humano. Convivemos com outras culturas, outros valores, questionamos os costumes e a moral que nos foram dados ou impostos. Ou seja, durante nossa vida podemos mudar nossas crenças, valores, interesses, modos de sentir e de ver as coisas.

A construção do respeito à diversidade sexual passa necessariamente

pela desconstrução do modelo heteronormativo de sociedade, que considera como padrão de normalidade e respeito somente as relações entre homens e mulheres, excluindo com isso uma parcela significativa de cidadãos/ãs².

Muita gente, ao se defrontar com a diversidade sexual, enxerga o outro como “diferente”, e tem receio desse “desconhecido”. É comum, nesse caso, o estabelecimento de uma hierarquia a partir da qual se tenta dominar e subjugar esse “outro” que foge ao padrão heteronormativo.

Diante da homofobia e da discriminação contra a população LGBT, nós, educadores/as, temos um papel fundamental: o de ampliar e jogar luzes sobre a discussão da diversidade sexual; de fazer do espaço de aprendizado um local de exercício de cidadania, de defesa dos direitos humanos, de matriz democrática, de respeito às particularidades de cada pessoa. Para isso é importante se perguntar: qual o lugar da escola na discussão da diversidade sexual? Por onde entra essa discussão? Que caminhos ela percorre?

O caminho a ser trilhado é pensar a diversidade sexual contemplada nas práticas curriculares de forma transversal. A origem etimológica da palavra **currículo**, no latim *curriculum*, é a pista de corrida. Essa pista, que corta o Brasil em todas as direções, nos revela como tem sido construída a **in**-visibilidade de negros, indígenas, mulheres, crianças, adolescentes, LGBTs, idosos, deficientes... É como se olhássemos uma tela de pintura onde diversas pessoas estivessem presentes, mas poucos conseguissem enxergá-las. As diversas

“Não basta criar um novo conhecimento, é preciso que alguém se reconheça nele. De nada valerá inventar alternativas de realização pessoal e coletiva, se elas não são apropriáveis por aqueles a quem se destinam.”
Milton Santos

² Segundo projeções do Relatório Kinsey, 10% da população brasileira, algo em torno de 19 milhões de pessoas são homossexuais. Lançado em 1948, *Sexual Behavior in the Human Male* causou grande polêmica nos Estados Unidos, pois tratava a sexualidade humana de forma muito aberta. Os relatórios de Kinsey foram vistos por muitos como o início da revolução sexual da década de 1960. Ainda hoje suas obras são consideradas fundamentais para o entendimento da diversidade sexual humana.

formas de registro não enfatizam a presença dessas pessoas nessa pista onde nos formamos.

Sabemos que não é um caminho fácil, há muita resistência. Como nos lembra Guacira Lopes Louro³, as políticas curriculares são alvo de atenção de setores conservadores, na tentativa de regular e orientar crianças e jovens dentro dos padrões que eles consideram moralmente são.

Muitos/as educadores/as e diretores/as calam-se diante da invisibilidade dos atores dessa tela, abstendo a escola de uma posição mais firme de compromisso com a formação da cidadania e da democracia, o que reforça o preconceito e separa as pessoas.

Retomemos agora a pergunta inicial: Por que temos dificuldade de incluir os outros na nossa vida a partir da diferença? Essa dificuldade mostra que certas vivências, experiências e especificidades só são aceitas quando têm convergências e semelhanças com um padrão reconhecido como correto, melhor e único.

Quando não se considera a diferença como algo que agrega, que multiplica o olhar e o sentido do mundo, a tendência é de incluir os que são diferentes minimizando ou invisibilizando a diferença. Isso quer dizer que, para aceitar o outro, a diferença deve ser apagada, esquecida. É comum ouvir alguém dizendo, por exemplo: "Ele é legal, apesar de ser gay" ou "Gosto dela, mesmo sendo lésbica". Esse tipo de atitude revela nossos julgamentos, preconceitos e estereótipos aprendidos ao longo da vida com uma facilidade imensa. Ao não encararmos a diferença, não pensamos nem questionamos a própria condição, principalmente quando se pertence ao grupo dominante.

É imprescindível que a educação, hoje, contemple a perspectiva de construção de uma sociedade capaz de assegurar direitos sociais, políticos, econômicos e culturais para todas as pessoas. É preciso garantir que as diferenças de classe, raciais/étnicas, etárias, de gênero e de orientação sexual não reforcem processos de legitimação de hierarquias sociais e de exclusão.

³ LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Pensar na diversidade sexual inserida nas práticas curriculares é pensar no currículo como construção sociocultural e histórica, bem diferente de pensá-lo apenas como grade curricular ou rol de disciplinas.

O currículo não é uma operação meramente cognitiva, em que determinados conhecimentos são transmitidos a sujeitos prontos. Em vez disso, deve ser visto como um discurso que, ao corporificar as narrativas particulares sobre o indivíduo e a sociedade, nos constitui como sujeitos – e sujeitos também muito particulares.

Necessitamos re-significar o fazer pedagógico não como um mero meio de domínio de habilidades ou conteúdos, mas como um modo de produção cultural diretamente envolvido na forma como o poder e o significado são utilizados na construção e na organização do conhecimento. Nesse sentido, o currículo deve ser compreendido a partir de sua intrínseca relação com as questões históricas, políticas e culturais, todas elas envolvidas com as relações que se configuram a partir do comprometimento dos/as educadores/as com o seu tempo.

Nesse processo encontram-se as questões de gênero, sexualidades, diversidade sexual, orientação sexual e identidade de gênero que, embora nem sempre contempladas como objeto de discussão e análise nos currículos das escolas e/ou nos cursos de formação inicial dos/as educadores/as, estão presentes na sociedade, nas diversas relações sociais e institucionais.

A sexualidade tem sido alvo de constante controle por parte da família, da escola, das religiões e dos meios culturais, com o apoio de livros didáticos e paradidáticos. Necessitamos discutir os processos de construção ou formação histórica, lingüística e social, instituídos na formação de mulheres e homens, meninas e meninos, para colocarmos a sexualidade no campo do prazer e da naturalidade, pois ela é parte constitutiva de todos nós. É importante analisar como, numa sociedade heteronormativa, funciona o discurso para incluir ou excluir significados e assegurar ou marginalizar formas particulares de comportamento.

As questões relacionadas à diversidade sexual fazem parte da vida e, como tal, precisam estar contempladas nos currículos escolares.

O que nos cabe como educadores/as?

1. Ultrapassar nosso papel de “meros” transmissores de informação, uma vez que somos produtores/as culturais profundamente implicados/as nas questões públicas.
2. Ampliar a definição de pedagogia e currículo, não se limitando simplesmente ao domínio de técnicas e metodologias.
3. Cuidar da linguagem, que deve ser estudada não apenas como um dispositivo de expressão, mas como uma prática histórica.
4. Desenvolver e investir em práticas pedagógicas para trabalhar com a promoção da diversidade e valorizá-la como vantagem, e não como problema, como nossa cultura costuma encará-la.
5. Estar especialmente atentos aos grupos ou situações em que a diferença se torna motivo de desigualdade, acesso desigual a oportunidades e exclusão.
6. Desmontar os mecanismos de discriminação. Não existe diversidade num ambiente que discrimina negativamente qualquer pessoa.
7. Localizar distorções e corrigi-las: praticar ações importantes na promoção da diversidade como valor positivo, garantindo-lhe efetividade. Do contrário, apenas se constata que somos todos diferentes ou que a diferença é algo positivo, mas não se constroem os mecanismos para a efetiva promoção de equidade e de reconhecimento da diversidade
8. Lembrar que promover a diversidade é destruir mecanismos que impeçam jovens LGBTs de desenvolver suas potencialidades e seus talentos.

Uma escola que não respeita a diversidade fecha-se em si mesma, empobrece-se culturalmente e reforça seus preconceitos. Devemos ver na diversidade um recurso social e pedagógico com alta potencialidade transformadora e libertadora.

CAPÍTULO V

TRABALHANDO A DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA

Partimos da concepção de que a escola transmite conhecimentos, ao mesmo tempo em que socializa, educa e orienta seus alunos e alunas, exercendo um papel complementar ao da família. A escola tem a responsabilidade de desenvolver ações educativas que levem à formação ética e moral para a construção de valores que respeitem a diversidade. Ela representa para as crianças e adolescentes uma instituição social importante, um espaço de convivência, onde acontecem algumas das primeiras experiências em grupo, as primeiras descobertas sobre o outro, as primeiras trocas afetivas, a descoberta da sexualidade, a compreensão do espaço e da cultura no qual se está inserido.

É ali que a criança e o/a adolescente encontram uma rede de apoio e proteção que poderá torná-lo/a menos vulnerável a situações de risco ao seu bem-estar e à sua saúde. É nesse espaço de convivência coletiva que se inicia o exercício da sua cidadania.

“O convívio com a diversidade humana e com as diferenças sociais, econômicas, psíquicas, físicas, culturais, religiosas, raciais, ideológicas e de gênero, ao mesmo tempo em que gera conflitos, pode servir de matéria-prima para a construção da convivência democrática. Nessas relações, nos deparamos com as diferenças e semelhanças que nos obrigam a comparar, descobrir, ressignificar, compreender, agir, buscar alternativas e refletir sobre nós mesmos e sobre os demais.” (In: *Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade: inclusão e exclusão social*/Módulo 2: Convivência Democrática. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 4 v., p. 6.)

O ambiente escolar é, portanto, um espaço fundamental de construção de novas práticas e atitudes. Cada criança, cada adolescente é único/a. Tem uma história de vida particular e diferenciada. Por isso, os princípios da educação devem se pautar pela igualdade de oportunidades, pela valorização de cada pessoa como ser humano, portadora de direitos e deveres, e pelo desenvolvimento das potencialidades individuais.

É papel da escola fomentar a construção de uma ética fundada no respeito aos direitos humanos como condição básica da vida em sociedade. É também tarefa da instituição facilitar a aprendizagem de determinados conteúdos culturais que se contraponham ao desconhecimento e combater a violação da dignidade humana.

O início da vida sexual e afetiva é marcado por descobertas, por encantamento, mas também por angústias e dúvidas diante dos novos sentimentos. É assim para os jovens e as jovens heterossexuais e também para os/as homossexuais. Pela razão de a heterossexualidade ser mais aceita que a homossexualidade em nossa sociedade, esse processo pode ser tão cruel que acabe impondo a esses/as jovens uma vida de sofrimento e exclusão, de desrespeito a seus direitos sexuais e reprodutivos. Em razão da intolerância e da homofobia imperantes, o/a aluno/a homossexual tende a esconder, a disfarçar ou até a reprimir completamente a própria sexualidade, vista como doentia, imoral, vergonhosa.

Qual a nossa proposta?

Possibilitar que profissionais de educação abordem questões de gênero e sexualidade sob a ótica da diversidade sexual, visando superar toda forma de discriminação no ambiente escolar, fazendo uso de metodologias que proponham a eliminação da homofobia e do preconceito e promovam o respeito às diferenças e à dignidade humana, e a defesa da cidadania.

Muitas vezes os/as educadores/as se veem diante de situações imprevistas e delicadas relacionadas à sexualidade e necessitam de sugestões que indiquem qual o melhor modo de agir em sala de aula. Nesta parte do livro, apresentamos situações que podem ocorrer no cotidiano da escola e que nos desafiam a enfrentar a homofobia, os preconceitos (até mesmo os nossos próprios) e a estimular o respeito mútuo e o

reconhecimento da diversidade. Cada uma focaliza um aspecto relacionado à diversidade sexual. Após a apresentação e discussão das situações desafiadoras, são elencados alguns pontos de reflexão, com o objetivo de subsidiar os/as educadores/as para desmistificá-las, tirando-lhes o caráter de “problema”. Um bom diálogo, uma boa escuta e a informação são meios eficazes de resolver conflitos. A ideia é que se perceba a situação e se aprenda com ela.

Na parte final do capítulo, sugerimos algumas atividades para que o/a educador/a possa discutir, de maneira proveitosa e instigante, a diversidade sexual e se contrapor à homofobia. As atividades visam estimular a participação dos/as alunos/as juntamente com os/as educadores/as. As reflexões, as trocas de opinião, as ideias e as informações estimulam a construção coletiva do conhecimento sobre o assunto para desfazer estereótipos. As atividades desenvolvidas são lúdicas e convidam à participação. Para que deem resultado, é fundamental estabelecer um clima de confiança entre os/as educadores/as e os/as jovens e adolescentes. A realização das atividades não precisa seguir uma ordem rígida, fixa. Cada educador/a pode usar a imaginação e a criatividade para desenvolvê-las ou mesmo adaptá-las aos interesses e necessidades de cada turma. Os/as educadores/as devem utilizar o conteúdo apresentado na primeira parte do livro e os textos especificados nas referências bibliográficas como fonte de apoio para as atividades.

Deve ser ressaltado que o objetivo primordial deste livro é estimular uma abordagem criativa sobre a diversidade sexual na escola, não importa se a partir de uma aula de Ciências ou de Biologia, de História, de Artes ou de Língua Portuguesa. O importante é não deixar passarem despercebidas situações de discriminação e de preconceito.

Situações desafiadoras – Revendo preconceitos

Situação desafiadora 1

“Sou professora de 5.^a a 8.^a série. Estou desenvolvendo um projeto em sala de aula sobre sexualidade e discuti a questão da homossexualidade. Nessas discussões, percebi uma grande inquietação nos(as) alunos(as). Um grupinho, composto por meninos e meninas, fazia gracinhas e apontava para alguns colegas da classe, dizendo que eles eram homossexuais. Outros diziam, em tom jocoso, que a homossexualidade é coisa de ‘gente safada’.”

- Situações e assuntos que não são comuns ao nosso cotidiano tendem a gerar conflitos. Na situação descrita, a discussão sobre homossexualidade pareceu gerar inquietação nos/a alunos/as, que se manifestou por meio de gracinhas e zombarias. Em primeiro lugar, é preciso explicitar essa constatação para os/as alunos/as. O/A educador/a precisa dizer que a homossexualidade é um tema que gera esse tipo de reação porque é pouco debatida e está cercada de tabus e preconceitos.
- O primeiro passo então é problematizar com os/as alunos/as as questões que provocam preconceito, de maneira a desmistificá-las, porque o preconceito, enquanto algo que dizima o humano, destitui os indivíduos de sua autonomia e liberdade.
- É importante compreender que qualquer comportamento visto como “desviante” do padrão é colocado imediatamente sob suspeita. Assim, um garoto ou rapaz que se porte de modo delicado ou mostre um lado mais sensível pode passar a ser alvo de chacotas e até de agressões físicas; o mesmo pode acontecer com a menina ou a jovem que demonstra interesses que não os tradicionalmente vinculados a um suposto “universo feminino”.
- É preciso fazer com que essas inquietações e esses incômodos sejam verbalizados pelos/as alunos/as, para serem problematizados e discutidos. Sugerimos aos/às educadores/as em situação semelhante, realizar a atividade 1, que apresenta algumas afirmações relacionadas ao tema e solicita aos/às alunos/as que se posicionem diante delas.

- A ideia de que a heterossexualidade é algo natural e de que a homossexualidade é sinônimo de safadeza ou de doença é equivocada e foi construída sob a ótica da exclusão. É importante discutir, em relação à sexualidade, que tabus e preconceitos estão presentes em nossa sociedade desde muito tempo. Para propor essa discussão sugerimos a realização da atividade 2.

Situação desafiadora 2

“Tenho um aluno, Carlos, que em algumas situações é um pouco tímido, mas noutras é extremamente brincalhão, principalmente com um grupo de amigas, com quem fica mais à vontade. Diferente de outros jovens rapazes da mesma idade, ele não gosta das brincadeiras e jogos ‘masculinos’. E isso muitas vezes tem provocado gozações e brincadeiras por parte dos/as colegas. Eles insinuem que Carlos é gay. Quando isso acontece, ele se retrai, às vezes fica agressivo e tenta de alguma maneira responder às expectativas dos meninos. Essa situação tem influenciado seu aproveitamento escolar. Percebi que os rapazes não o convidam para os programas de fim de semana. Algumas meninas também ficam incomodadas com a proximidade dele. Minha percepção, a partir do comportamento dele em sala de aula e também em atividades sociais na escola, é a de que Carlos sofre com a rejeição e a discriminação, mas ele não fala no assunto. Temo que ele possa abandonar a escola. Fico me perguntando se devo falar sobre isso com outras pessoas da escola.”

- A situação de Carlos revela a violência que sofre alguém que não corresponde aos estereótipos de gênero. A maneira de ser de Carlos pode não estar relacionada com a orientação sexual. Ser discriminado porque não compartilha os mesmos gostos e os mesmos interesses dos outros garotos pode causar enorme sofrimento, e situações como essa devem ser enfrentadas pela escola.
- A escola, como espaço de socialização e de convivência, não pode se limitar apenas a ser local de aprendizagem de conteúdos curriculares. É reconhecidamente um espaço onde acontecem trocas de informação, e impressões são geradas, muitas vezes reproduzindo estereótipos e preconceitos. Muitos

desses “saberes” acabam sendo aceitos, considerados verdadeiros. Exemplos são as ideias de que “as meninas são fracas em Matemática”; “homem que é homem não chora”; “pobre é pobre porque não gosta de trabalhar”; “o homossexual é doente ou safado”, e assim por diante. Não questionar esses preconceitos significa contribuir para que se mantenham.

- A percepção de que existem pessoas diferentes de nós pode gerar desprezo e discriminação. A diferença é muitas vezes vista como ameaçadora, porque coloca em xeque crenças e valores. Não raro, a violência está relacionada à discriminação. Quando se rotula uma pessoa de “bicha”, por exemplo, não se olha para o que ela realmente é ou sente. Quase nunca se pensa no sofrimento que o estigma pode causar. O uso de rótulos negativos marca a pessoa e a desqualifica. As consequências para quem passa a ser identificado apenas por valores negativos são muito sérias, contribuem para o isolamento e a exclusão.
- A escola deve estar sempre atenta para não reproduzir nem permitir a reprodução de estereótipos que podem ser definidos como rótulos usados para qualificar genericamente grupos raciais/étnicos ou sexuais. A melhor forma de desconstruir o preconceito, e a consequente discriminação, é desvelá-lo. Por isso é fundamental esclarecer os/as alunos/as sobre a diversidade sexual. Mas, como a discriminação está presente em nosso dia-a-dia, para enfrentá-la é preciso antes percebê-la.
- É importante estar atento para uma atitude muito comum entre crianças e adolescentes, conhecida como *bullying*. Refere-se a atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente. É uma forma de violência psicológica, por intimidação e humilhação, exclusão e discriminação, e pode redundar em violência física e sexual. Um/a aluno/a que sofre o *bullying* pode apresentar baixo rendimento escolar, dificuldade de relacionamento social, fobia escolar, tristeza, depressão etc. É fundamental que os/a educadores/as se posicionem contra-riamente a esse tipo de comportamento. Várias estratégias podem ser usadas, tais como uma conversa franca com todos/as, rodas de conversa após a apresentação de algum filme ou documentário sobre o assunto¹.

¹ Fonte: ECOS – Comunicação em Sexualidade. Educação em Sexualidade: uma proposta de trabalho com garotas e garotos de 10 a 14 anos. São Paulo: ECOS, 2008. Realização: ECOS/Save the Children/Projeto Serviços Amigáveis.

Situação desafiadora 3

“Ângela tem faltado à aula sistematicamente. Estranhei o fato porque, embora não seja muito aplicada, sempre gostou da escola. Conversei com uma amiga dela e descobri que Ângela tem faltado à escola porque está com medo. Ela tem recebido bilhetes com xingamentos e ameaça de surras. Ângela é lésbica. Um grupo de meninas se incomoda quando Ângela entra no banheiro da escola. Os bilhetes são anônimos, mas Ângela suspeita que venham desse grupo de meninas. Um outro dia, ao entrar em sala, ouvi que ela estava sendo xingada de ‘sapatão’ pelas colegas. O que devo fazer? Denunciar as ameaças para a diretoria? Conversar com a família?”

- Situações como a de Ângela oferecem uma boa oportunidade para conversar com os/as alunos/as sobre a homossexualidade feminina. Embora a demonstração de afeto e carinho entre as meninas seja socialmente aceita, muitas adolescentes são discriminadas quando manifestam outra orientação sexual. Sofrem discriminação de meninos e de outras meninas, as quais temem ser alvo de cantadas. Os rapazes acreditam que, para deixar de ser lésbica, basta transar com um homem. Preconceitos como esses resultam em casos de violência sexual contra muitas adolescentes e jovens adultas!
- É importante saber que a discriminação contra homossexuais pode se apresentar de duas formas: velada e aberta. Na maioria das vezes, a segregação que o aluno/a homossexual sofre somente transparece para o grupo de colegas mais próximos. A discriminação velada se manifesta por palavras irônicas, expressões fisionômicas, gestos, representação de trejeitos. Quase sempre são insinuações, sem que se possa comprovar a intenção maldosa. Raramente o/a aluno/a homossexual irá procurar ajuda temendo represálias dos/as colegas. Por isso mesmo, o sofrimento desses/as alunos/as é enorme.
- A única maneira de combater a discriminação velada é estar atento para as brincadeiras, insinuações e zombarias muito comuns entre adolescentes. Sempre que possível, procure conversar com a classe sobre

as diversidades, em particular sobre a diversidade sexual, permitindo que tirem suas dúvidas.

- A discriminação aberta, por sua vez, é a rejeição explícita, a ofensa dirigida a alguém de forma declarada, para que todos vejam e ouçam. A discriminação aberta pode se expressar por meio de agressões verbais ou físicas.
 - a) Agressões verbais – Os/As jovens costumam ofender com palavras cujo significado relaciona-se à homossexualidade, mesmo quando não estão se referindo a ela especificamente. Na verdade, mais do que a palavra, é a intenção que ofende, percebida pelo contexto e pela entonação de quem a profere. Os insultos e as humilhações podem ser percebidos como manifestações de violência e de agressão.
 - b) Agressões físicas – São tapas, empurrões, chutes e socos, que podem provocar lesões, pôr em perigo a saúde e a vida de outra pessoa.
- Quando o/a educador/a percebe que um/a aluno/a sofre discriminação, a tendência é querer trocar idéias com a Direção, com a Coordenação e com outros colegas, a fim de saber como lidar com o fato. Se isso também acontece com você, procure estar atento para os seguintes aspectos:
 - a) Antes de tomar qualquer atitude, converse primeiro com o/a aluno/a. Nenhuma atitude pode ser tomada sem a aceitação dele/a. Aparecendo uma situação concreta e pública que envolva o/a aluno/a, educador/a e aluno/a devem decidir juntos o que fazer.
 - b) Os/as educadores/as devem saber acolher e ser éticos quando forem depositários da(s) confiança(s) dos/as seus/suas alunos/as e jamais invadir a privacidade deles/as. A decisão de falar sobre a própria sexualidade pertence ao/à aluno/a. Isso não significa ficar alheio ou indiferente à situação de violência ou agressão.
 - c) Os/as educadores/as devem tratar com naturalidade o/a aluno/a que sabem ou imaginam ser homossexual. De modo algum devem oferecer um tratamento diferenciado diante da classe. Isso só servirá para estigmatizá-lo/a como desigual. Diversidade não é desigualdade. Se os/as educadores/as mostrarem que respeitam esse aluno/a da mesma forma como respeitam os/as demais, estarão dando um exemplo positivo que será seguido por muitos/as da classe.

- d) Sabemos que a adolescência é a idade das descobertas, e é difícil para os/as adolescentes lidar com as mudanças do corpo e com a sua sexualidade. É a época em que a maioria dos/as alunos/as se interessa afetiva e sexualmente por outras pessoas. Imagine como é difícil para os/as alunos/as homossexuais lidar com essa questão, quando percebem que se interessam por pessoas do mesmo sexo. É importante estar atento/a às situações de preconceito e discriminação, sobretudo quando forem abordados conteúdos relacionados à sexualidade, família e vida reprodutiva.
- Frequentemente, alunos/as homossexuais, travestis e transexuais são ameaçados/as de agressões físicas. Quem age assim viola os direitos humanos. Por causa das agressões, muitos/as abandonam a escola, elevando as estatísticas da evasão escolar.
 - Há uma lei contra a discriminação sexual. No estado de São Paulo, discriminar lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais é proibido pela Lei 10.948/01. Uma boa sugestão de trabalho é uma pesquisa sobre o contexto que levou à criação da Lei.

Situação desafiadora 4

“Jaime é um aluno do segundo ano do ensino médio. Desde o ano passado, ele vem insistindo para que o chamemos de Júlia. Ele costuma vir à escola com roupas ‘femininas’, tem as unhas pintadas, não quer ser chamado de Jaime e diz que se sentiria mais confortável se pudesse usar o banheiro feminino. Júlia/Jaime gosta de estudar e diz querer cursar uma faculdade de Direito. Os colegas costumam zombar dele. Durante o intervalo, houve uma situação que precisou da intervenção da diretoria. Além disso, a presença de Júlia/Jaime na escola coloca várias questões para a equipe. Devemos deixá-lo entrar na escola com roupas femininas? Devemos respeitar o desejo dele de ser chamado de Júlia? Como resolver a questão do banheiro?”

- Em uma situação como a relatada é importante que o/a educador/a tenha condições de ampliar a questão para além do caso individual, ou seja, que possa reorientar o foco de atenção para uma discussão mais ampla sobre diversidade e o respeito à pessoa humana e, nessa discussão, incluir o tema da diversidade sexual.
- Faça uma seleção de filmes, textos, fatos do cotidiano ou mesmo históricos, que remetam a situações semelhantes à citada. São instrumentos importantes para a compreensão das sexualidades, além de incentivar o desenvolvimento de atitudes não-discriminatórias ou não-preconceituosas. A situação permite trabalhar outras dimensões da exclusão e da discriminação. Também é possível explorar a seguinte questão: *por que rejeitamos aquele/a e que é diferente?*
- Em relação às questões de ordem prática postas pela presença de um/a aluno/a transexual ou travesti, vale a pena fazer algumas considerações. Se a escola se propõe acolher a diversidade, não há por que proibir o uso de roupas condizentes com a sua escolha.
- Ainda segundo o mesmo princípio, se um/a transexual ou travesti se sente respeitado/a quando é chamado/a pelo nome feminino, a escola tem o dever de zelar pelo bem-estar desse/a aluno/a. No estado do Pará, todas as escolas públicas devem respeitar a forma como as travestis e os/as transexuais querem ser chamados/as, ou seja, utilizar seu nome social. Essa medida foi estabelecida por meio de um decreto da governadora e em nada onerou os cofres públicos, mas ampliou o respeito e a cidadania para esses/as estudantes.
- Por último, há a questão do banheiro, que é mais complexa, porque envolve acordos coletivos. Alguém que se sente mulher, mas que não o é do ponto de vista biológico, pode utilizar o banheiro feminino? A melhor forma de chegar a um consenso sobre isso é estimular o debate sobre a diversidade sexual e sobre os direitos humanos.
- Na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), foi permitido que transexuais e travestis adotem o nome social na lista de chamada das aulas. A decisão veio depois da 1.ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para LGBT, ocorrida em 2008 na Universidade, que se comprometeu a liberar o acesso de travestis e transexuais aos banheiros femininos, além de garantir o direito aos/às homossexuais de serem

acompanhados pelos/as seus/suas parceiros/as em consultas, exames e internações no Hospital Universitário Pedro Ernesto (RJ).

Situação desafiadora 5

“Mônica e Samanta estão sempre juntas e são muito próximas. Alguns colegas andam comentando que sempre as vêem na quadra se beijando na boca. Outro dia, o pai de Mônica veio à escola indignado. Ouviu falar que a filha tinha ‘ficado’ com outra menina no pátio. Veio questionar a diretora porque não tinha sido avisado pela escola de que a filha tinha tido esse tipo de comportamento.”

- É necessário que educadores/educadoras não tenham dúvidas sobre seu papel na consolidação dos valores de respeito e de defesa da dignidade humana, e possam agir com tranquilidade de forma justa e imparcial. A escola deve ter regras únicas para as demonstrações de afeto, tanto de casais de alunos/as heterossexuais como de casais de alunos/as homossexuais. Se as demonstrações de afeto entre namorados/as forem proibidas em sala de aula ou em qualquer recinto da escola, diga isso ao/à aluno/a. Deixe bem claro que essas regras são para todos e que não está discriminando ninguém por sua orientação sexual. O importante é que a escola, enquanto instituição que abriga grande número de pessoas, tenha regras claras, coerentes e conhecidas por toda a comunidade escolar, para que não haja dúvidas quando for necessário apontar os limites.
- Em relação aos pais, é importante que a escola marque sua posição de não discriminar os/as alunas/os que tenham práticas homoafetivas. Assim, se o fato de um menino ter beijado uma menina na escola não é motivo para entrar em contato com os pais de ninguém, o mesmo vale para as meninas que beijaram meninas ou para os meninos que beijaram meninos. Independentemente das crenças e valores dos pais, a escola deve se pautar pelos princípios de aceitação da diversidade.

- Lembre-se de que, nessa fase, adolescentes e jovens querem dar mostras de suas trocas afetivas, de suas sensações de prazer e comunicar “ao mundo” seus feitos e conquistas amorosas. É também a fase em que o grupo é referência importante, assim como a comunicação corporal, ou seja, as marcas de distinção que adotam para mostrar o grau de pertencimento a esta ou àquela turma. Eles/as acreditam que, investindo no visual por meio de roupas diferenciadas, acessórios, *piercings* e tatuagens, portarão sinais aparentes de diferenciação em relação aos/às demais colegas. Nesse rol de características da adolescência e da juventude incluem-se também manifestações de carinho, afeto, tesão, desejo de exibição, ciúmes, transgressão, afronta, agressão verbal, poder... Enfim, tudo aquilo que é constitutivo do comportamento humano, independentemente das diferenças de classe, raça/etnia ou gênero, entre outros.

Situação desafiadora 6

“Sou professora da 2.^a série do ensino fundamental. Um dos meus alunos, Sérgio, sempre foi uma criança muito viva e participativa. Ele tem muitos amiguinhos, mas gosta muito de ficar com as meninas, com quem gosta de conversar e brincar de casinha e de boneca. Algumas educadoras, a merendeira e o inspetor de alunos do período da manhã comentam que ele é gay e outros suspeitam de que ele sofreu algum tipo de violência sexual.”

- É comum acreditar em que os meninos, por serem do sexo masculino, gostam de brincar principalmente com meninos e em que as meninas, por sua vez, gostam de brincar preferencialmente com meninas. O nosso sexo biológico não determina nossos interesses e gostos; o que acontece é que, desde que nascemos, aprendemos com o que brincar e do que gostar. Mas não é assim em todas as sociedades, em outras culturas. Entre alguns grupos indígenas, por exemplo, as crianças brincam juntas, sem distinguir brinquedos ou brincadeiras de meninos ou de meninas.
- Essa distinção, que aprendemos desde muito cedo, entre o que é de

“menino” e o que é “de menina”, visa definir socialmente o que é masculino-heterossexual e o que é feminino-heterossexual. Porém não há nenhuma correlação entre nossa orientação sexual (desejo sexual e afeto pelo/a outro/a) e a forma como aprendemos a ser homem ou a ser mulher.

- Devemos lembrar que as crianças são curiosas, têm interesses diversos e gostam de repetir cenas e comportamentos que veem nos adultos e em outras crianças. Trate a imitação e a curiosidade como uma atitude natural para a idade.
- Os/As educadores/as não devem se preocupar com as brincadeiras; devem estar atentos e intervir em situações de agressões verbais e físicas.
- A homofobia afeta a vida de **todos e todas**, alunos e alunas, porque cerceia a liberdade e a criatividade, limita cegamente a possibilidade de experimentação, do colocar-se no lugar do outro, de aprender com o que é diferente de nós; prejudica enormemente a difusão de uma cultura de respeito à diversidade e de valorização da diferença. Um menino que não brinca de boneca pode ter comprometido o seu aprendizado de como ser um bom pai, que sabe cuidar de seus filhos e dar-lhes carinho. Sem questionar os estereótipos, as meninas deixam de ter acesso às carreiras científicas (que são as mais valorizadas em termos de salário e *status*), ficando relegadas às profissões consideradas de domínio feminino, as quais, por envolverem o cuidado, são associadas às tarefas domésticas.
- O desafio está, portanto, em “desnaturalizar” as diferenças e perceber que estas, por serem socialmente construídas, podem também ser desconstruídas, através da resistência e da re-elaboração dos significados culturais atribuídos a cada sexo.

Atividades que a escola pode realizar

As atividades sugeridas têm por objetivo geral permitir que os/as educadores/as possam explorar assuntos e temas relacionados à sexualidade, à discriminação e ao preconceito, aos direitos humanos, à homofobia, à violência e à desigualdade de gênero.

Para isso é necessário explorar alguns conceitos, como gênero, masculino e feminino, macho, fêmea, sexualidade, diversidade sexual, homossexualidade, heterossexualidade, bissexualidade, homofobia. Nos capítulos deste livro, procuramos oferecer elementos para a compreensão desses conceitos, mas outros textos devem ser pesquisados, e alguns estão indicados nas referências bibliográficas.

Sempre que possível, procure articular as atividades aqui propostas com as da sua grade curricular ou com o projeto político-pedagógico da escola. Temas como diversidade, sexualidade, gênero podem perfeitamente ser trabalhados nas atividades de Língua Portuguesa, História, Artes e Ciências, entre outras áreas.

É preciso considerar que o número de atividades sugeridas é insuficiente para as inúmeras possibilidades de discussão que o tema da diversidade sexual desperta. Elas são, por isso, um primeiro passo e, a partir delas e do interesse e criatividade, muitas outras atividades poderão ser desenvolvidas. O importante é estabelecer um canal permanente de comunicação com os/as alunos/as e com toda a comunidade escolar.

Temos enfatizado a importância de a escola inserir na proposta político-pedagógica os temas acima relacionados e, nesse sentido, planejar ações educativas sistemáticas e adequadas à faixa etária.

As atividades foram estruturadas da seguinte forma:

- objetivos;
- material sugerido;
- tempo estimado para a atividade;
- passo-a-passo;
- comentários que visam sistematizar o conteúdo.

Atividade 1 – É OU NÃO É

Objetivo:

- Debater preconceitos associados à questão da diversidade sexual de modo a problematizá-los.

Material: papel sulfite ou cartolina, pincel atômico.

Tempo estimado: 1 hora e meia

Passo a passo:

- Pegue três folhas de papel sulfite ou cartolina. Na primeira folha, escreva a palavra “**Concordo**”; na segunda, a palavra “**Discordo**”; na terceira, a expressão “**Tenho dúvidas**”. Faça letras grandes para que todos/as possam enxergar.
- Afixe as três folhas na parede ou na lousa, uma bem separada das outras.
- Peça aos alunos e alunas que se levantem.
- Diga-lhes que você lerá uma afirmação (veja no item a seguir) relacionada à questão da diversidade sexual.
- Depois de ler a afirmação, os alunos/as deverão se dirigir a um dos lugares da sala em que estão afixados os cartazes. Os/As alunos/as que concordarem com a afirmação deverão se dirigir ao cartaz “Concordo”. Aqueles que discordam, deverão se dirigir ao cartaz “Discordo”. Os que não têm uma opinião definida sobre o assunto deverão se dirigir ao cartaz “Tenho dúvidas”.
- Depois que todos/as os/as alunos/as estiverem posicionados junto do cartaz ao qual se dirigiram, peça-lhes que justifiquem sua posição. Os três grupos devem ser estimulados a falar e a discutir.
- Depois de um tempo de discussão, faça um comentário sobre a afirmação. Recomendamos que recorra ao tópico correspondente à afirmação no item “Subsídios para a sistematização”, logo abaixo, para fundamentar seus comentários.
- Em seguida, leia uma nova afirmação e repita o procedimento.
- No capítulo “Desconstruindo mitos” deste livro, são apresentadas algumas das dúvidas que as pessoas costumam ter sobre a diversidade

sexual. Você perceberá que muitas das afirmações abaixo são discutidas naquele capítulo. Uma sugestão possível para dar continuidade a essa atividade é propor uma discussão sobre aquelas questões.

Afirmações:

1. As pessoas podem escolher ser homossexuais, bissexuais ou heterossexuais.
2. A maior parte das mulheres que se tornam lésbicas foi abusada por um homem na infância.
3. Um menino que foi criado por um pai homossexual tem mais chance de se tornar homossexual.
4. Um homossexual que queira se curar de sua homossexualidade deve procurar um psicólogo ou um líder religioso.
5. A aids é um problema apenas para os homossexuais, os drogados, os/as prostitutas/as e as pessoas que têm vários/as parceiros/as sexuais.
6. Travesti é um homem que se traveste de mulher para se prostituir.
7. Os/As homossexuais preferem ter relações eventuais, enquanto a maior parte dos/as heterossexuais prefere constituir família.
8. Um casal homossexual pode adotar filhos.

Subsídios para a sistematização

1. **As pessoas não escolhem ser homossexuais, bissexuais ou heterossexuais.** A orientação sexual não depende de escolhas conscientes e não pode ser aprendida. A orientação do desejo ou orientação sexual pode ser homossexual quando se deseja pessoas do mesmo sexo, bissexual quando se deseja pessoas de ambos os sexos e heterossexual quando se deseja pessoas do outro sexo. Homossexuais e bissexuais são discriminados por sua orientação sexual, o que não acontece com os heterossexuais. O mais importante é que respeitemos o direito de todos.
2. **Ter sofrido abusos sexuais na infância não é condição para ser lésbica ou gay.** Conforme afirmamos no item anterior, temos de considerar que a orientação sexual de uma pessoa se constitui a partir do seu desejo

afetivo e sexual em relação à pessoa com quem ela se relaciona. Não há qualquer evidência de que todas as mulheres que sofreram abuso sexual se tornaram homossexuais. Tampouco é possível afirmar que todas as lésbicas sofreram abuso sexual.

3. A orientação sexual de uma pessoa não sofre influência da criação ou educação recebida de um pai, seja ele homossexual ou heterossexual.

Não há qualquer evidência de que filhos de pais homossexuais têm mais chance de se tornarem homossexuais. A vida não cabe em fórmulas estatísticas.

4. Não é possível se curar da homossexualidade porque a homossexualidade não é uma doença.

A APA (Associação Americana de Psiquiatria) retirou a homossexualidade do seu *Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais* (DSM) em 1973, com base em estudos que demonstravam que a homossexualidade nada mais é do que uma variação possível e legítima de manifestação do desejo sexual. No Brasil, em 1999, foi publicada uma resolução do Conselho Federal de Psicologia que normatizou a conduta dos psicólogos frente a essa questão: “[...] Os psicólogos não colaborarão com eventos ou serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades”.

5. A aids deve ser uma preocupação de todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou hábitos de vida.

A associação inicial entre aids e homossexuais, drogados/as, prostitutas/as e pessoas que têm vários/as parceiros/as sexuais só ampliou o preconceito contra determinadas pessoas e grupos e, também, gerou a falsa idéia de que as pessoas que não pertenciam a esses grupos não corriam o risco de se infectar (Ministério da Saúde, 2007). A prática de sexo seguro é importante para prevenir várias outras doenças sexualmente transmissíveis, incluindo a hepatite.

6. Nem todas as travestis são prostitutas ou querem se prostituir.

Existe um preconceito arraigado de que todas as travestis são profissionais do sexo. Entretanto, é preciso considerar que alguém pode ser travesti e

exercer qualquer outro tipo de profissão, como a de professora ou de médica. A questão é que os estigmas e preconceitos contra elas são muito fortes, o que cria dificuldades muito grandes para sua inserção na educação formal e no mercado de trabalho.

7. A idéia de que os/as homossexuais não estabelecem relações duradouras é um mito. A legislação brasileira ainda não avançou nesse aspecto nem prevê a possibilidade de parceria civil entre pessoas do mesmo sexo. Entretanto, o movimento LGBT vem se mobilizando no sentido de alterar essa situação. Isso porque muitos/as homossexuais têm relações estáveis e gostariam que elas fossem reconhecidas pela sociedade e pelo Estado. Agora, é preciso considerar que há uma grande diversidade de configurações familiares, independentemente da orientação sexual das pessoas envolvidas. Há pessoas heterossexuais que preferem continuar solteiras mesmo tendo filhos/as; outras mantêm relações estáveis com alguns/mas parceiros/as ao longo da vida; outras permanecem a vida toda em uma mesma relação monogâmica... Essa diversidade de conjugalidades e de configurações familiares também está presente entre os LGBTs.

8. A orientação sexual de uma pessoa não é impedimento para a adoção de filhos/as. Hoje em dia, há muitos casais homossexuais que têm filhos/as adotados/as. Precisamos considerar que ser um bom pai ou uma boa mãe não tem nenhuma relação com ter essa ou aquela orientação sexual. No Brasil, como não está prevista na lei a possibilidade de adoção de filhos para um casal de pessoas do mesmo, o que acontece é que essa adoção é feita por um/a dos/das dois/duas. No caso de mulheres lésbicas, pelo fato de poderem gerar seus/suas filhos/as, muitas os têm, às vezes lançando mão da tecnologia de inseminação artificial e os criam junto com suas parceiras. Muitos casais homossexuais masculinos têm o desejo de ter filhos/as. Esse é um direito universal e inalienável. Cada vez mais os diversos setores da sociedade, inclusive o Poder Judiciário, tem se posicionado a favor desse direito, ainda que haja reações por parte dos grupos mais conservadores.

Atividade 2 – Conhecer para não discriminar

Objetivos:

- Compreender que a sexualidade é uma construção histórica e cultural.
- Apresentar os conceitos de heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade, e construir com o grupo o conceito de **diversidade sexual**.
- Desconstruir a ideia de que a homossexualidade é “safadeza” ou doença.
- Sensibilizar os/as alunos/as para que ajam de modo solidário em relação às pessoas, independente de seu gênero, de sua orientação sexual, de sua raça/etnia, de sua idade e sua religião.

Tempo estimado: esta atividade possivelmente poderá levar mais de um dia de trabalho, pois envolve pesquisa em biblioteca, na internet etc.

Passo a Passo:

- Inicialmente, explore o tema da sexualidade do ponto de vista histórico. Peça aos alunos e às alunas que façam uma pesquisa sobre o tema.
- Nessa pesquisa, eles/as devem ser estimulados a focalizar os costumes e valores de diferentes épocas. Eles poderão perceber que a sexualidade e os comportamentos e valores a ela relacionados variam ao longo do tempo e nas diferentes culturas.
- Os/As alunos/as devem destacar, nos trabalhos, aspectos relacionados ao comportamento sexual que culturalmente foram ou ainda são desvalorizados, ocasionando preconceito e discriminação.
- A partir da pesquisa histórica sobre sexualidade que as/os alunos/as fizeram, comece a construir o conceito de diversidade sexual, falando de homossexualidade, heterossexualidade e bissexualidade e de identidade de gênero;
- Divida a turma em pequenos grupos para que discutam as seguintes questões (cada grupo deverá ter um/a relator/a):
 - a) Como era vista ou encarada a homossexualidade em outros momentos históricos, em outras sociedades, e em outras culturas?
 - b) Como ela é vista hoje?

- Peça aos/às relatores/as que apresentem uma síntese das discussões. É importante anotar na lousa as verbalizações dos/as jovens ou adolescentes. Os/As alunos/as devem falar livremente, sem interrupções.
- Peça aos alunos e às alunas para listar as dificuldades que pessoas homossexuais, travestis e transexuais enfrentam em suas vidas. Converse com eles/as sobre essa e outras formas de discriminação (raça/etnia, idade, gênero) e possíveis impactos na trajetória de vida das pessoas envolvidas.

Comente com os alunos e as alunas:

- Os comportamentos e as atitudes relacionados aos homens e às mulheres são culturalmente definidos em nossa sociedade. Há machos e fêmeas na espécie humana, mas a maneira de ser homem ou de ser mulher é prescrita pela cultura.
- É comum a idéia de que existe um tipo de personalidade desejável ou um padrão de comportamento para cada um dos sexos. Durante a infância, meninos e meninas são ensinados/as pela família, pela escola e pela sociedade como devem agir e se comportar, e até mesmo como devem se vestir e se expressar. Na sociedade ocidental e em muitas outras, é esperado que os homens sejam viris, machos, heterossexuais, determinados, fortes; das mulheres espera-se que sejam maternais, delicadas, femininas, dóceis... Os estudos de gênero nos ajudam a compreender essa construção cultural e histórica e a perceber a desigualdade e as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres.
- Explique que o fato de nascer homem ou mulher não impede que ambos façam aquilo de que gostam ou queiram fazer. Hoje muitas mulheres já trabalham em profissões ou praticam esportes que eram conhecidos como sendo "masculinos". Mesmo assim, em nossa sociedade, ainda existem grandes desigualdades entre homens e mulheres, fortemente atribuídas às distinções de sexo, justificadas em função de diferenças biológicas.

- Tudo o que foge a um certo padrão de masculinidade e de feminilidade é, muitas vezes, visto com estranhamento. É desse estranhamento que surgem os preconceitos e, conseqüentemente, a discriminação.
- Não há um jeito único de ser homem ou de ser mulher. A isso chamamos de diversidade. Se existem diferentes formas de ser e de viver, existem também diferentes formas de expressar a sexualidade, de amar, de desejar. A maior parte da sociedade é heterossexual, mas não há um único padrão de expressão da sexualidade.
- Sentir atração afetivo-sexual ou desejar uma pessoa do mesmo sexo não é um erro da natureza, mas apenas uma outra forma de expressão da sexualidade e da capacidade de amar do ser humano. A homossexualidade e a bissexualidade não são “safadezas” nem doenças; portanto, não se aplica a ideia de “cura” dessas orientações sexuais. As qualidades ou defeitos de uma pessoa não estão relacionados à sua orientação sexual ou à sua identidade de gênero.
- A atração sexual e afetiva por pessoas do mesmo sexo é algo tão antigo quanto o mundo, e não existe nenhuma razão que justifique atitudes desrespeitosas e de discriminação por pessoas que estabelecem essa relação.
- Todas as pessoas merecem respeito e têm os mesmos direitos e deveres. Os padrões culturais de nossa sociedade definem como predominante a heterossexualidade e discriminam a homossexualidade e a bissexualidade. Frequentemente, pessoas que divergem dos padrões dominantes são tratadas de forma desigual e isso precisa ser evitado;

Atividade 3 – Desconstruindo Estereótipos

Objetivo:

- Proporcionar, a partir de uma vivência em classe com os/as alunos/as, uma reflexão pessoal a respeito de suas atitudes e valores em relação à homossexualidade e à heterossexualidade.

Material: fita adesiva e tiras de cartolina, pincel atômico, dois sacos de papel de cores diferentes, de tamanho que caiba na cabeça.

Tempo estimado: 1 hora e meia aproximadamente

Passo a Passo:

- Prepare antecipadamente duas máscaras feitas com sacos de papel de cores diferentes (recortar buracos apenas para o nariz). Numa delas, escreva, acima dos olhos, com cores distintas, **homossexual**, na outra, **heterossexual**. Depois prepare uma tira para cada uma das seguintes palavras: “doente”, “nojento”, “normal”, “anormal”, “bicha”, “viado”, “amoroso”, “ser pai”, “ser mãe”, “sexo”, “sem-vergonha”, “feliz”, “afetuoso”, “egoísta”, “portador do HIV”, “portador de DSTs” (doenças sexualmente transmissíveis), “amigo/a”, “honesto”, “desonesto”, “confiável”, “não-confiável”. As tiras devem ser colocadas num envelope grande.
- Explique para o grupo que a atividade planejada envolverá a colaboração de dois/duas voluntários/as. Definidos/as os/as dois/as voluntários/as, peça-lhes que saiam da sala. Diga à classe que aguarde um instante.
- Explique aos/às voluntários/as que se trata de um exercício e que a colaboração deles/as será fundamental. Mostre as máscaras para eles/as e oriente-os/as a colocarem uma das máscaras na cabeça.
- Os/As dois/duas alunos/as devem voltar para a sala e ficar na frente da turma. Os/As demais alunos/as são solicitados/as a retirar uma tira por vez do envelope e mostrá-la para a classe. Os/As mascarados/as não devem tomar conhecimento da palavra ou da expressão apresentada. Em seguida, a classe vai indicando, por meio da cor da máscara, em qual dos/das dois/duas mascarados/as a tira deve ser afixada. Prossiga até

que todas as tiras sejam colocadas. Se a classe decidir que alguma palavra cabe aos/às dois/duas, a ficha será afixada em uma coluna na lousa, sem que os/as voluntários/as vejam o conteúdo.

- Reserve outras duas colunas na lousa: uma servirá, depois, para afixar as tiras atribuídas ao/à mascarado/a com a palavra “Homossexual”; a outra para afixar as tiras atribuídas ao/à mascarado/a com a palavra “Heterossexual”. Como citamos, a terceira serve para casos que se aplicam aos dois grupos.
- Depois de todas as tiras terem sido afixadas, os/as dois/duas voluntários/as devem tirar as máscaras, olhar o que estava escrito nelas e as palavras que lhes foram atribuídas. Na sequência, devem ler em voz alta as palavras, retirando-as do corpo e colocando-as na coluna correspondente na lousa; depois, as palavras que eventualmente foram atribuídas aos/às dois/duas.
- Cada aluno/a voluntário/a deve ser questionado sobre como se sentiu na situação, que tipo de percepção e sentimento teve ao ler os adjetivos que recebeu.
- A classe também deve explicar por que houve diferenças na atribuição das palavras e apresentar os critérios e razões adotados para definir a escolha realizada, inclusive das que serviam para os dois casos.
- Há diversas possibilidades de questionar as escolhas dos/as alunos/as:

- a) Por que são atribuídos esses valores às pessoas?
- b) A orientação sexual, a cor da pele, o sexo podem definir o caráter de uma pessoa?
- c) As pessoas são tratadas de modo igual ou diferente por serem heterossexuais e homossexuais? Por que isso acontece?
- d) Se um/a amigo/a conta que é homossexual, como você reage? Por quê?
- e) É comum que a pessoa passe a sofrer discriminação ao se declarar homossexual. Há uma tendência das pessoas de se afastarem e até de agredirem quem sente desejo por alguém do mesmo sexo. Por que isso acontece?
- f) Quais são as formas de agressão que um homossexual costuma enfrentar? Quais são as formas de agressão que uma pessoa

heterossexual costuma enfrentar? É diferente? Por quê? Explore com os/as alunos/as a agressão velada e a aberta.

g) Viver situações de agressão como estas afeta a vida das pessoas?

Como?

h) De que maneira podemos ser, em nosso dia-a-dia, menos preconceituosos/as? Que ações concretas podem ser adotadas?

Atividade complementar:

- Os alunos e alunas podem ser orientados a pesquisar as referências que indicam o direito de todos/as de serem tratados/as com dignidade e respeito, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU) e em outros instrumentos de defesa dos direitos humanos.
- Construa com a turma um código/contrato de bom relacionamento e convivência, que deve ser seguido por todos/as.

Comente com os alunos e as alunas:

- No nosso cotidiano, existem formas diferentes de violência, presentes o tempo todo nas relações entre as pessoas, às quais, muitas vezes, não damos grande atenção, principalmente quando não somos os alvos. É o caso das ameaças, do autoritarismo, do uso da força física, da indiferença, das zombarias, entre outras.
- A humilhação, a zombaria é uma forma extremamente agressiva de se relacionar e é causa de dor e angústia. A pessoa que sofre esse tipo de violência tem sua vida e seu desenvolvimento escolar prejudicados.
Todo ser humano tem o direito de ser respeitado.

Atividade 4 – Medo de quê?

Objetivos:

- Incentivar os/as alunos/as a perceberem situações de agressão velada e aberta.
- Conscientizar os/as alunos/as de que a orientação sexual não é uma escolha. Isso vale para heterossexuais, homossexuais e bissexuais.
- Incentivar a percepção de situações que explicitam a discriminação e o preconceito.

Material: DVD *Medo de quê?*²; aparelho de DVD.

Observação: Caso você não tenha acesso a esse vídeo, sugerimos trabalhar com as histórias de Carlos e Ângela apresentadas nas situações desafiadoras 2 e 3.

Tempo estimado: 1 hora e meia

Passo a passo:

- É importante que você assista ao filme antes de passá-lo aos/às alunos/as, para conhecer o conteúdo e a linguagem e o modo de adequá-lo ao público-alvo. Vale a pena anotar os trechos mais importantes e fazer uma lista das principais idéias para discutir com a classe.
- No dia da exibição, inspecione se o equipamento está disponível e funcionando bem. Fale sobre o tema do filme, a duração e por que vai exibí-lo.
- Num primeiro momento, não apresente a sua interpretação nem faça julgamentos. Coloque-se no papel de espectador/a e deixe os/as alunos/as expressarem suas opiniões livremente.
- Ao término do filme, é o momento de fazer perguntas para discussão, como, por exemplo:
 - a) O que mais chamou atenção no filme?

² Vídeo com 18 minutos de duração, de autoria da Aliança H – Série Trabalhando com Jovens pela Equidade de Gênero. Desenho animado que conta a história de um jovem que descobre a sua homossexualidade, ao mesmo tempo em que conhece a rejeição e o medo das pessoas à sua volta. (Para ter acesso a esse material, consulte os sites: www.promundo.org.br; www.papai.org.br; www.ecos.org.br; www.saludygenero.org.mx.)

- b) Quais eram as expectativas do pai em relação ao filho? Ou os sonhos do pai em relação a ele?
- c) Como a sociedade vê a homossexualidade? Quais cenas descrevem a reação da sociedade? Como o protagonista sente essa reação?
- d) Em quais cenas do filme há discriminação velada e aberta?
- e) No caso do filme *Medo de quê?*, quando o garoto conta para o seu melhor amigo que sente atração por outro jovem, como ele reage? E depois? Por que o amigo mudou de idéia?
- f) Por que o filme recebeu esse nome?

Para trabalhar com a história de Carlos e Ângela:

- Apresente aos/as alunos/as as situações desafiadoras. Converse e conheça a opinião deles/as.
- Verifique com os/as alunos/as se conhecem alguma situação semelhante, tomando cuidado para não expor nenhum dos/as alunos/as. Discuta com eles/as as situações de discriminação que envolvem os homossexuais (homens e mulheres).
- Discuta o papel do/a educador/a. Que atitude ele/a deve tomar no caso de Carlos? E no caso de Ângela? Peça aos/às alunos/as que se coloquem no lugar de Carlos: o que gostariam que o/a educador/a fizesse? E se estivessem no lugar de Ângela, o que gostariam que o/a educador/a fizesse?
- Relacione outras situações de discriminação e ou violência velada e aberta que eles/as conhecem ou vivenciaram ou presenciaram e as soluções encontradas ou que deveriam ter sido tomadas.

Comente com os/as alunos/as:

- O conceito de orientação sexual. Explique que a atração afetiva e sexual pode ocorrer entre pessoas do mesmo sexo (homossexualidade), de sexos diferentes (heterossexualidade) ou ser exercida por pessoas de ambos os sexos (bissexualidade). Não se escolhe ser heterossexual, da mesma forma não se escolhe ser homossexual.
- A orientação sexual nada tem a ver com o caráter de uma pessoa.
- A orientação sexual, a cor da pele, o gênero, a condição social não podem ser motivos de discriminação ou de agressão e violência. Todas as formas de discriminação devem ser combatidas, porque a dignidade da pessoa humana não pode ser violada.

Atividade 5 – Violência no ambiente escolar

Objetivo:

- Discutir as diversas formas de violência e agressão presentes no cotidiano e no ambiente escolar, especialmente contra os/as alunos/as LGBTs.

Material:

folhas de papel sulfite ou almanaque, canetas, fita adesiva, lousa e giz.

Tempo estimado: 1 hora e meia

Passo a Passo:

- Distribua aos/às alunos/as tiras de papel sulfite e canetas.
- Escreva na lousa “AGRESSÃO” e pergunte-lhes de que modo eles/as entendem essa palavra.
- Solicite a cada um que escreva nos papéis recebidos, sem colocar identificação, o que pensa a respeito, usando palavras-chave.
- Após alguns minutos, recolha os papéis e afixe na lousa as idéias semelhantes.
- Em seguida, solicite aos/às alunos/as que escrevam novamente em que situações se sentem agredidos/as.
- Recolha novamente os papéis e cole na lousa os que contêm idéias próximas.
- Procure listar os tipos de agressões que se aplicam a todas as pessoas e aqueles que atingem mais os/as alunos/as LGBTs. Pergunte à turma qual é a diferença.
- Construa, com os/as alunos/as, o conceito de **agressão**. Mostre que as pessoas têm diferentes maneiras de sentir/interpretar as situações do dia-a-dia.
- Incite o debate a partir das seguintes questões:
 - a) Como nos sentimos quando somos vítimas de ações agressivas? E quando somos os/as agressores?
 - b) De que maneira percebemos que cometemos um ato de agressão?
 - c) Como se pode interromper uma “onda de agressão”?
 - d) Como podemos ajudar alguém que está ou que já passou por um tipo

- de agressão, como uma ameaça de surra? E em relação a xingamentos?
- e) Vocês já presenciaram alguma cena de agressão ou xingamento contra jovens LGBTs? O que aconteceu? Que atitudes vocês tomaram?
 - f) Quais são as normas que a escola tem para que uma agressão não aconteça? Quais são as punições que podem ocorrer?
 - g) O que podemos fazer coletivamente aqui na escola para evitar agressões e xingamentos contra jovens LGBTs?

Comente com os alunos e as alunas:

- Há diversas formas de violência. Quando falamos em violência, geralmente pensamos em pessoas malvadas, que agredem, roubam e matam. Entretanto, se prestarmos atenção, veremos que existem outras possibilidades de exercício da violência que estão presentes o tempo todo nas relações entre as pessoas.

Alguns exemplos:

- a) um pai ou uma mãe bate em um filho ou filha, em vez de tentar conversar;
 - b) uma pessoa menospreza outra por características como cor, idade, classe social, orientação sexual, como é o caso dos alunos LGBTs;
 - c) uma pessoa usa a outra, através da autoridade, da chantagem ou da ameaça, para obter o que deseja;
 - d) uma pessoa trata a outra com indiferença e desrespeito.
- A violência está sempre próxima. Ao contrário do que imaginamos, ela não está só nas notícias dos jornais e do lado de fora de nossa casa. Já se manifesta, por exemplo, numa atitude de desprezo a uma pessoa por ela ser diferente fisicamente ou por pensar ou agir de modo diverso do nosso.
 - O Brasil dispõe desde 2006 da Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que cria dispositivos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher³. Essa Lei, em seu artigo 5º, parágrafo único, diz que não faz diferença se a mulher agredida mantém relações com homem ou com mulher, os seus direitos estão assegurados, independentemente de sua orientação sexual.

³ Para saber mais sobre a Lei Maria da Penha, entre no site www.violenciamulher.org.br

Atividade 6 – Diversidade Sexual: o que é isso?

Objetivos:

- Sensibilizar o grupo de alunos para a diversidade sexual.
- Apresentar informações sobre a transexualidade e a travestilidade.
- Conscientizar o grupo sobre o direito ao respeito e à aceitação que todos têm, independentemente da orientação sexual.
- Conscientizar o grupo sobre as diferentes formas de violência e as consequências da exclusão e da discriminação na vida das pessoas.

Material: DVD *Minha vida em cor-de-rosa*⁴ (*Ma Vie en Rose*, direção Alain Berliner, França, Bélgica, Inglaterra, 1997), aparelho de DVD.

Tempo Estimado: esta atividade requer duas horas e meia em razão do tempo de duração do filme. Porém pode-se dividi-la em dois momentos: um para assistir ao filme e outro para o debate.

Passo a Passo:

- Assista você primeiro ao filme e veja se é adequado ao seu grupo de alunos/as. Anote os trechos mais importantes e faça uma lista das principais idéias para discutir com a classe.
- No dia da exibição, inspecione se o equipamento está disponível e funcionando bem. Informe os/as alunos/as sobre o tema e a duração do filme.
- Num primeiro momento, não exponha a sua interpretação nem faça julgamentos. Coloque-se no papel de espectador/a e deixe que os/as alunos/as expressem opiniões livremente. Após ouvi-los/las, apresente os termos “transexual” e “travesti”, baseando-se no capítulo “Transgêneros: corpo, sexo e identidade”.

⁴ Nesse filme comovente, um garoto de 7 anos não compreende por que seu corpo físico é de menino, quando ele se sente verdadeiramente uma menina. O roteiro criativo mostra com muita ternura a infância e a adolescência de um transexual apaixonado por seu vizinho. *Minha vida em cor-de-rosa* recebeu o Golden Globe de melhor filme estrangeiro e o GLAAD Media Award de melhor filme de 1997.

- Após a exibição, lance para o grupo as seguintes questões para discussão:
 - a) Por que o garoto do filme não consegue se sentir um menino?
 - b) Que situações tristes/agressivas foram apresentadas no filme em relação ao garoto?
 - c) Como vocês acham que ele se sentia?
 - d) Com que pessoas ele pôde contar para conversar sobre suas angústias?
 - e) Como foi a atuação/reação dos pais?
 - f) As demais pessoas tiveram atitudes discriminatórias? Quais podem ser apontadas e por quê?
 - g) Por que as pessoas discriminam um/a transexual ou uma travesti?

Comente com os alunos e as alunas:

- Observe que as pessoas têm diferentes formas de expressar valores, costumes, sentimentos e de agir em relação à sua sexualidade e à sua imagem corporal. Essa diversidade não deve ser motivo de tratamento desigual e discriminatório.
- Observe que qualquer caso de violência deve ser comunicado, seja ao/à educador/a ou à direção da escola. Nenhum/a aluno/a deve abandonar a escola em razão de situações de discriminação e violência.
- Reforce a idéia que toda pessoa deve ter a sua dignidade respeitada e a sua integridade protegida, independentemente da origem, raça/etnia, gênero, idade, condição econômica e social, orientação sexual, identidade de gênero, credo religioso ou convicção política.
- Conhecer as diferenças nos ajuda a ampliar nossa compreensão sobre as relações humanas e a desconstruir padrões hegemônicos associados à sexualidade.

Atividade 7 – “Qualquer maneira de amor vale a pena”

Objetivos:

- Promover uma reflexão sobre o respeito às pessoas, às diferentes formas de expressão de afeto e de relacionamento.
- Incentivar os/as alunos/as a perceber que a afetividade entre os pares homossexuais é natural e deve ser respeitada.
- Promover a conscientização de que existem diferentes formas de expressar a sexualidade, de amar e de desejar.
- Introduzir o conceito de homofobia, a partir da discussão sobre as situações de discriminação que sofrem os LGBTs.

Material:

- *Flip-chart*, papel, pincel atômico ou giz, lousa, aparelho de som, música *Paula e Bebeto*, de Milton Nascimento e Fernando Brant⁵.

Tempo estimado: 1 hora

Passo-a-Passo

- Forme um círculo com todos os/as participantes.
- Explique ao grupo que o propósito da atividade é discutir e analisar as diferentes formas de expressão de afeto e de tipos de relacionamento. E também formas de convivência coletiva, que pressupõem regras, válidas para um grupo de pessoas, e não necessariamente para outro.
- Esclareça que a dinâmica procura trazer exemplos reais da vida cotidiana e que devemos encorajar as discussões, promovendo o respeito pela diversidade.
- Peça ao grupo para definir **homofobia** a partir do que já ouviram falar sobre essa palavra. Registre as principais idéias na lousa.

⁵ A dinâmica a seguir foi extraída e sintetizada da atividade “Homofobia: homem pode gostar de outro homem?”, do Projeto H – Série Trabalhando com Homens Jovens, Caderno 3 – Da violência para a convivência. Instituto ProMundo/ECOS/Instituto Papai/Salud y Género, 2001.

- Fale ao grupo que você irá apresentar duas histórias que trazem dois exemplos de jovens que têm diversas orientações sexuais.
- Diga que irá começar uma história e que eles/as poderão inventar o resto. Introduza um dos dois casos mostrados a seguir. Peça a cada um/a para adicionar detalhes à história.
Veja as possibilidades de histórias:

História 1

“Miguel tem um amigo chamado Raimundo (um jovem da idade dele) por quem está atraído. Miguel sempre está sozinho, sem garotas. Apesar de já ter transado, ele nunca se apaixonou de fato. Ele não sabe ao certo o que isso significa, mas agora descobriu que...”

História 2

“Eduarda é lésbica e não esconde isso. Ela deixa claro para seus amigos, garotas e garotos, que é homossexual. Frequentemente usa broches e camisetas que falam sobre o direito das lésbicas. Seus/as colegas de sala já a viram trocando carinhos com sua parceira no shopping, próximo ao colégio. Outro dia, ela ia se sentar numa das carteiras da sala de aula quando sua colega, Carol, levantou-se e mudou de lugar. Então...”

Você pode interromper a dinâmica a cada história e perguntar ao grupo:

- a) A história montada é realista?
 - b) Por que vocês conduziram a história dessa maneira?
- Ao término da dinâmica, lance para o grupo as seguintes perguntas para discussão:
- a) Por que é difícil para muitas pessoas aceitar a homossexualidade ?
 - b) Que tipo de discriminação ou de situação de violência vocês já viram ou ouviram contra gays ou lésbicas?
 - c) Que tipo de discriminação ou de situação de violência vocês já viram ou ouviram contra travestis e transexuais?
 - d) O que você pensa desse tipo de situação?
 - e) Por que Eduarda defende os direitos das lésbicas?

Comente com os alunos e as alunas:

- A homossexualidade faz parte da diversidade sexual, assim como a bissexualidade e a heterossexualidade. Esclareça que a homossexualidade é a orientação sexual e afetiva de uma pessoa por outra do mesmo sexo e que por volta de 10% da população mundial são homossexuais.
- Enfatize que os homossexuais, os bissexuais e mesmo os heterossexuais não optaram por sê-los. A orientação sexual de cada um é uma característica espontânea, resultado de um conjunto de fatores.
- Explique que, mesmo quando não ocorre a violência física, muitos indivíduos com orientação sexual homo ou bissexual são ridicularizados, objetos de escárnio ou discriminação. E que isso é inaceitável e fere os direitos das pessoas. Alunos/as gays e lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais devem ser respeitados/as por todos/as.

Atividade complementar:

- Se quiser, finalize a discussão do dia com a música *Paula e Bebeto*, de Milton Nascimento e Fernando Brant, cujo estribilho "Qualquer maneira de amor vale a pena/ Qualquer maneira de amor vale amar" permite explorar as diferentes manifestações de relações afetivas e sexuais.

Dicas para trabalhar a música:

- Explore na letra da música a expressão “se amaram de qualquer maneira”. Ressalte que o trecho “Qualquer maneira de amor vale a pena / Qualquer maneira de amor vale amar” é muito repetido durante a música toda. A anáfora – ou seja, essa repetição, mostra a importância do significado de “amar de qualquer maneira”.
- O estribilho também explica um aspecto do primeiro verso – “se amaram de qualquer maneira” –, introduzindo um significado de aceitação das diferenças. Eles se amaram de qualquer maneira, mesmo sendo brancos ou negros, baixos ou altos, gordos ou magros, portadores de deficiências físicas ou mentais, pobres ou ricos, homossexuais ou heterossexuais... E, de “qualquer maneira”, “vale a pena amar”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educadores e educadoras se esforçam para fazer de seu trabalho uma experiência realmente marcante e significativa para o desenvolvimento das pessoas. Sabemos, no entanto, que nem sempre é simples ou fácil atender às demandas colocadas pelo sistema de ensino, sejam elas as obrigações cotidianas ou as necessidades subjetivas e objetivas dos alunos e alunas com quem convivem diariamente. Além dos conteúdos curriculares básicos, vários outros temas têm marcado presença e ganhado destaque no cotidiano escolar, tais como cidadania, direitos humanos, ética, racismo, discriminação, violência, sexualidade e prevenção e, mais recentemente entre eles, a diversidade sexual e a homofobia. E eles carregam consigo uma infinidade de questões que permeiam a vida das pessoas. Por essa razão, a escola e seus/suas profissionais não podem simplesmente ignorá-las, já que ela é um espaço privilegiado de promoção de conhecimento.

Abordar esses assuntos contribui para gerar discussões, repensar antigas concepções e, sobretudo, permitir o surgimento de novos comportamentos num contexto de maior integração e harmonia entre todas as pessoas envolvidas nas relações escolares. Em suma, são questões que implicam um ganho que abrange a todas e todos, pois representam um enorme potencial de transformação pessoal, cultural e social.

Pensamos o livro *Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens* partindo do pressuposto de que a "alma" do processo educativo está em suas possibilidades de troca, pois ele não pode ser visto meramente como uma transmissão de "saberes sedimentados pelo tempo". Já se foi o tempo em que vigorava o velho modelo segundo o qual "alguém que sabe" repassa algo para "alguém que não sabe". Trata-se, na verdade, de um verdadeiro encontro entre dois elementos do qual nenhum sai do processo do mesmo jeito que entrou.

Considerações finais

Educadores e educadoras revivem e reavivam a cada momento o sentido e o valor profundos do conhecimento que se pode aprender, e eis por que a educação é sempre extremamente contagiante. Nesse sentido, um primeiro passo para trabalhar com a diversidade sexual é a desconstrução coletiva de concepções cristalizadas sobre as relações de gênero e sexualidade e, por extensão, também sobre a diversidade sexual. E aqui os/as estudantes ajudam muito, porque em geral trazem consigo experiências pessoais e relatos importantes relacionados ao tema.

Os/As educadores/as, como toda a sociedade, estão inseridos/as na cultura de seu tempo, produzem e reproduzem conceitos, *pré*-conceitos e valores. Nesse sentido, a homofobia pode ser entendida muito mais como resultante da falta de conhecimento do que hostilidade ou aversão pura e simples. Compreender os mecanismos sociais que produzem o preconceito e a intolerância são requisitos fundamentais para a sua superação. Assim, torna-se imperiosa a educação para a diversidade, que, a exemplo da educação para os direitos humanos, pode favorecer uma ética das relações que enfatize, no âmbito público, o respeito ao outro, a solidariedade e o compromisso com o bem comum. É preciso encorajar o reconhecimento dos diversos grupos sociais e culturais, fomentando um diálogo que promova a aceitação e o respeito à diversidade. Os diversos movimentos sociais (feminista, negro, LGBT) têm favorecido a formação de uma nova consciência sobre as diversas culturas, demandas, valores e costumes.

Fomentar a construção de uma ética fundada no respeito aos direitos humanos é condição básica para a vida em sociedade. O desafio para nós, educadores e educadoras, está em ampliar, com a comunidade escolar, a compreensão da sexualidade para além das perspectivas de reprodução e de prevenção de DST/aids. Do mesmo modo, é preciso debater entre educadores e educadoras e com os alunos e alunas a permanência dos estereótipos de gênero, a presença da homofobia e a necessidade de intervir em toda e qualquer situação em que o preconceito venha à tona, mesmo que – muitas vezes – sob a aparência de uma “inocente” piada ou comentário jocoso. Isso implica buscar sempre a inclusão dessas questões na prática pedagógica e no conteúdo curricular. Não de forma policallesca, para vigiar o que se diz e o que se faz, mas para chamar a atenção para aquilo que, em geral, fica soterrado sob o manto da invisibilidade.

Nesse sentido, entendemos o processo educativo numa perspectiva a partir da qual o conhecimento não é algo pronto, mas elaborado pela relação entre os sujeitos envolvidos em sua interação com o mundo ao seu redor. Ou seja, o conhecimento pode ser construído na ação recíproca entre quem educa e quem está sendo educado. A relação se torna mais dinâmica e rica, pois sempre implica acréscimos importantes e úteis para a vida de todas e todos. A experiência na educação de jovens nos mostra o papel fundamental de uma escuta aberta. É preciso acolher tudo o que os/as alunos/as trazem: dúvidas, convicções, medos, ansiedades, desejos, levando em consideração o contexto no qual vivem e a maneira como se sentem em relação a determinada situação. Só assim podemos identificar “pontos sensíveis” que exigem cuidadosa atenção para que possamos fugir dos rótulos que simplificam tudo e não resolvem nada. O universo e as expressões próprios dos/das jovens adquirem significado real mediante suas histórias de vida. A bagagem cultural da juventude não se define sem os aspectos constitutivos de suas identidades, como gênero, raça/etnia, regionalidade e classe social. Quando não nos dispomos a escutar o/a jovem, buscando apreender algumas de suas demandas a partir de seu ponto de vista, tendemos a achar impertinentes e incômodas suas atitudes. Não percebemos que certas manifestações são simplesmente a efetivação de uma maneira diferente de se comunicar.

A ênfase na questão das diferenças é um elemento crucial do processo educativo. Nossa cultura tem por hábito atribuir valores distintos a pessoas que são diferentes. Normalmente são bem vistas e apreciadas as condutas que sejam iguais às da maioria (na qual nos vemos e nos posicionamos) e condenados os comportamentos singulares, muitas vezes, por serem considerados estranhos, exóticos ou incompreensíveis. Ou seja, por puro preconceito. O respeito à diversidade é uma forma de procurar garantir – num esforço permanente – que as diferenças não sejam encaradas como algo de menor valor. Assumir a perspectiva da diversidade na educação assegura que o processo de ensino/aprendizagem seja permeado pelo princípio fundamental da igualdade de todas as pessoas, fazendo com que as diferenças sejam percebidas como positivas, como parte da riqueza social, esvaziando assim o seu caráter discriminador.

No tocante às questões especificamente ligadas à diversidade sexual, é

Considerações finais

necessário adotar um cuidado especial, pois na maioria dos casos ainda é muito difícil atribuir um valor positivo para as práticas e vivências que não seguem o padrão heterossexual. Ao contrário das discriminações raciais/étnicas (contra negros, indígenas, asiáticos, judeus, árabes etc.) e regionais (contra nordestinos, por exemplo), cujas identidades podem ser enaltecidas e valorizadas ao menos no discurso, a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero são ainda pouco debatidas publicamente. Além do mais, a sexualidade é uma das questões mais delicadas de nossa sociedade, e nós mesmos, enquanto educadores e educadoras, não nos desfazemos de nossos preconceitos com tanta facilidade. Por isso a nossa escuta nessas situações precisa estar duplamente acionada. Nesses casos, em vez de pensarmos na experiência homossexual como um “desvio” ou um “problema”, podemos reavaliar o preconceito, a homofobia e a intolerância dos heterossexuais como o principal problema dos/das jovens discriminados/as.

A escuta aberta ao que os/as jovens têm a nos dizer requer também uma reflexão contínua sobre nossas próprias posturas. É preciso não somente atentar para o comportamento e os afetos das/os jovens; a interação também nos afeta de determinada maneira. Devemos nos perguntar, por exemplo: “por que isso me incomoda?”, “por que evito falar sobre isso?”, “por que eu quero que ele/a faça isso ou aquilo?”, “por que não acho (ou acho) esse assunto tão importante?” Se pudermos formular e responder a essas e outras questões de mesma natureza com sinceridade – como seres humanos que somos, e não apenas no papel de profissionais da educação –, não será tão difícil receber e lidar com as demandas dos/as jovens no cotidiano escolar. Isso também pode nos ajudar a conhecer nossos pontos fracos e fortes, nossas dificuldades e facilidades. O processo, enfim, favorece o conhecimento de nossos próprios limites para que possamos superá-los quando for possível.

A questão dos limites conduz a outro ponto essencial na reflexão sobre o processo educativo para o/a educador/a. O limite pode ser entendido como inviabilidade prática ou, ainda, ter o sentido de interdição, isto é, de um impedimento ético. Além de preservar uma arejada “abertura” na relação com os/as jovens, é também imprescindível manter “fechamentos”. Seja na sala de aula ou nos corredores, não basta estarmos dispostos ao

acolhimento das demandas apontadas pelas/os estudantes. Devemos também estabelecer pontos de resistência. É preciso negar algumas de suas ações, as que somos capazes de reconhecer como nocivas à sociedade, a nós ou a eles/elas no processo educativo.

Nosso papel como educadores/as também é o de oferecer segurança/responsabilidade para a negociação na construção dos limites. Se não devemos abusar da nossa segurança, impondo aos/às jovens nosso modo de pensar, também não devemos abrir mão de nossa responsabilidade em nome de parecermos "legais". Na relação educativa, é fundamental estabelecer as bases para a definição dos limites, sobretudo pela posição de poder que nela ocupamos. Isso não significa que os limites serão dados sempre do jeito que queremos. A definição dos limites, muito pelo contrário, não decorre exclusivamente do desejo do/a educador/a. Algumas vezes, contraria a nossa própria vontade. Ainda que ambas as partes, educadores/as e alunos/as, queiram algo que não seja permitido, cabe a nós a responsabilidade pela interdição. Dividir a compreensão do que é possível ou permitido, com certeza, intensifica o processo educativo, bem como o amadurecimento dos/as jovens, que aprenderão, junto com seus/suas educadores/as, a construir e a negociar as próprias limitações.

Os/As jovens depositam nos educadores/as e nos processos educativos uma expectativa de saber e de poder que nem sempre é atendida. Devemos estar atentos a essas expectativas e avaliar em que medida serão frustradas. Conversar com eles/elas sempre com honestidade, dando-lhes uma devolutiva quanto aos limites de suas expectativas, ajuda a evitar a tentação de nos vermos tão "sábio/as" e "poderoso/as" quanto tendemos a parecer aos seus olhos. Isso auxilia o crescimento pessoal tanto dos/as jovens quanto o nosso. Podemos nos perceber como seres incompletos, interdependentes e sempre em desenvolvimento do nosso potencial. Nisso somos iguais e, num certo sentido, cúmplices. E esse crescer coletivo é uma porta permanentemente aberta à solidariedade, sem a qual a vida perde seu sentido maior.

É importante também fazer uma reflexão sobre a metodologia. Sabemos que as técnicas que envolvem dinâmicas de grupo, tão bem aceitas pelos/as jovens, devem ser vistas simplesmente como um instrumento, no meio de tantos outros, que é útil ao processo educativo. Sua aplicação e frutos

Considerações finais

decorrem principalmente do envolvimento do/a educador/a e de sua capacidade de vivenciar aquele momento como um diálogo ou uma troca entre pessoas diferentes, com trajetórias de vida diversas, plenas de experiências para compartilhar.

Muitas vezes, a atividade simplesmente não funciona e o/a educador/a deve se perguntar por que isso ocorreu. Aqui é preciso dar chance aos/às jovens de se manifestarem com franqueza, avaliando a participação de cada um/a e da turma como um todo, tornando possível desfazer algumas concepções e re-elaborar outras. As dificuldades podem ser de ordem técnica-operativa, teórico-conceitual ou mesmo da ordem dos valores pessoais. Com diálogo, é possível rever alguns equívocos, redescobrir novos caminhos, reconhecer e interagir com os/as jovens de uma maneira mais dinâmica, bem como repensar a própria ação educativa.

Por fim, gostaríamos de enfatizar que os/as educadores/as, por si só, não fazem o processo educativo. E, embora detenham em suas mãos a condução desse processo, eles/elas são, na verdade, apenas uma parte dessa rica e insubstituível experiência humana. Para além de sermos cada um e cada uma hetero, bi ou homossexual, somos todos seres humanos dotados de dignidade e liberdade.

Inspirados/as em Cora Coralina, concluímos: *“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.”*

Bibliografia mencionada e recomendada

- ABRAMOVAY, M; CASTRO, G. M; SILVA, L. B. *Juventudes e sexualidade*. Brasília: Unesco, 2004.
- AQUINO, Julio Groppa (Org.). *Sexualidade na escola*. São Paulo: Summus, 1997.
- ARRUDA, Roldão. *Dias de ira: uma história verídica de assassinatos autorizados*. São Paulo: Globo, 2001.
- BENEDETTI, Marcos. *Toda feita*. São Paulo: Garamond; Rio de Janeiro: CLAM, 2005. Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Brasil sem homofobia; programa de combate à violência e a discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004
- CENAFOCO; INSTITUTO SÃO PAULO CONTRA A VIOLÊNCIA. *Pode ser diferente: caderno sobre violência e discriminação*. Rio de Janeiro, s/d.
- CORSA. *Educando para a diversidade: os GLTBs na escola*. São Paulo: 2003.
- COSTA, Jurandir. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- COSTA, Ronaldo Pamplona. *Os onze sexos*. São Paulo: Kondo, 2005.
- DIAS, Maria Berenice. *União homossexual: aspectos sociais e jurídicos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.
- FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimentos homossexuais e produção de identidades coletivas nos anos 90*. São Paulo: Garamond; Rio de Janeiro: CLAM, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 1986. v. 1.
- FRY, P. *Para inglês ver: identidade política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO; SCHERING; ECOS. *Sexualidade: prazer em conhecer: livro do professor*. Rio de Janeiro, 2001.
- GAPA-BA; ECOS. *Aids, sexualidades, relações raciais e gênero: desafios na escola contemporânea*. Salvador, 2004.
- GAGNON, John H. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. São Paulo: Garamond, 2005.
- GROSSI, M.P.; BECKER, S.; LOSSO, J.C.M.; PORTO, R.M.; MULLER, R.C.F. *Movimentos sociais, educação e sexualidade*. São Paulo: Garamond; Rio de Janeiro: CLAM, 2005.
- GTPOS; ABIA; ECOS. *Guia de orientação sexual: diretrizes e metodologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

Referências Bibliográficas

- INSTITUTO PROMUNDO et al. *Sexualidade e saúde reprodutiva*. São Paulo, 2001. (Trabalhando com Homens Jovens. Cad. 1).
- _____. *Da violência para a convivência*. São Paulo, 2001. (Trabalhando com Homens Jovens. Cad. 3).
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- _____. "Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação". *Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 541-53, 2001.
- _____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MELLO, Luiz. *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Garamond, 2005.
- NUNAN, Adriana. *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.
- PICAZIO, Cláudio. *Sexo secreto: temas polêmicos da sexualidade*. São Paulo: Summus, 1999.
- _____. *Diferentes desejos: adolescentes homo, bi e heterossexuais*. São Paulo: Summus, 1998.
- PINHO, Osmundo. A guerra dos mundos homossexuais: resistência e contra-hegemonias de raça e gênero. In: RIOS, L. F. et al (Orgs.). *Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde*. Rio de Janeiro: ABIA, 2004.
- RELATÓRIO Rio: Violência policial e insegurança pública. Diogo Azevedo Lyra et al. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2004, 74 p.
- RAMIRES NETO, Luiz. *Habitus de gênero e experiência escolar: jovens gays no Ensino Médio em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2006.
- RAMOS, Silvia. Minorias e prevenção da violência. In: SPOSATO, K. (org.). *Das políticas de segurança pública às políticas públicas de segurança*. São Paulo: ILANUD, 2002, p.27-40.
- RIOS, L. F. et al (Orgs.). *Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde*. Rio de Janeiro: ABIA, 2004.
- RIOS, L. F.; ALMEIDA, V.; PARKER, R. *Juventude e homossexualidade: o que os pais precisam saber*. Rio de Janeiro: ABIA, 2002.
- SARTORI, Ari José; BRITO, Néli Suzana (Orgs.). *Gênero na educação: espaço para a diversidade*. Florianópolis: Genus, 2004.
- SCHIFTER, Jacobo. *Manual antihomofóbico: para terapeutas, facilitadores y educadores en salud*. San José: ILPES, 1998.
- VIANNA, Claudia & RIDENTI, Sandra Unbehaum. "Relações de Gênero e Escola: das diferenças ao preconceito", in: AQUINO, Julio Groppa (org.). *Diferenças e Preconceitos na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas*. São Paulo: Summus, 1998.
- UZIEL, Anna Paula. *Homossexualidade e adoção*. São Paulo: Garamond, 2005.

Sobre os/as autores/as

Beto de Jesus (betojesus@uol.com.br) - Educador, formado em Filosofia e Teologia com especialização em Educação. Foi organizador da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo de 1999 até 2002. Trabalha como consultor para OGs e ONGs na área de Educação, Diversidade e Prevenção de DST/Aids no âmbito nacional e internacional. É membro da Executiva da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT e Secretário da International Lesbian and Gay Association para América Latina e Caribe - ILGA LAC. É Conselheiro da Comissão de Cidadania e Reprodução - CCR. Membro fundador da Red LGBT do MERCOSUL e representa o Movimento LGBT brasileiro nos trabalhos na Comissão de Direitos Humanos da ONU.

Lula Ramires (lularamires@terra.com.br) - é graduado em Filosofia e Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo. Lecionou as disciplinas de Filosofia e Introdução à Antropologia no nível médio e terceiro grau, respectivamente. Sua dissertação de mestrado, intitulada *Habitus de gênero e experiência escolar: jovens gays no Ensino Médio em São Paulo* teve como base pesquisa qualitativa com oito estudantes, e mostra as dificuldades que enfrentaram e as mudanças que começam a ocorrer na escola em relação à diversidade sexual. É desde 1996 membro do CORSA (www.corsa.org.br), entidade de defesa dos direitos civis e humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, e atualmente é seu coordenador-geral. Foi o proponente e responsável técnico pelo projeto *Educando para a Diversidade - os GLBT's na Escola*, financiado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, iniciativa pioneira que propôs a reflexão sobre a homofobia a educadoras e educadores da rede pública de ensino. Atua como tradutor de textos técnicos e acadêmicos e é empreendedor social da Ashoka.

Sandra Unbehaum (unbehaum@hotmail.com) - É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina e Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Atua e coordena projetos na ECOS e na Fundação Carlos Chagas relacionados às questões de gênero, sexualidade, aos direitos humanos das mulheres e direitos sexuais. Entre os projetos mais recentes, pertinentes aos temas educação, gênero e sexualidade destacam-se:

*As políticas de Educação em Sexualidade no Brasil – 2003 a 2008 (Apoio Fundação Ford); Educação Sexual na Escola e Direitos Sexuais e Reprodutivos: avaliação da política da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 2001-2005 (Apoio Prosare – Programa de Apoio a projetos em Sexualidade e Saúde Reprodutiva – CEBRAP/CCR/Fundação MacArthur/2005-06); Pontos de Sexualidade: educação sexual para adolescentes e jovens portadores de deficiência visual (Apoio EMpower – The emerging). Diversidade Sexual na Escola: novas práticas educativas sobre sexualidade e cidadania, realizado em parceria com o CORSA (Apoio Prosare – Programa de Apoio a projetos em Sexualidade e Saúde Reprodutiva – CEBRAP/CCR/Fundação MacArthur, 2004-05). Foi consultora técnica para o Brasil, durante 2007, para o Proyecto Fortalecimiento e y armonización de las políticas públicas para la Educación Sexual y la Prevención del VIH-SIDA y Drogas en el ámbito escolar.” (ONUSIDA/GTZ /CICT). Sandra Unbehaum é co-autora de materiais educativos, artigos e co-organizadora de livros, entre os quais *Homens e Masculinidades: Outras Palavras* (Ed.34/ECOS, 1998 e 2001) e *Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira* (Ed. 34/FCC, 2002).*

Sylvia Cavasin (sylvia@ecos.org.br) – Cientista Social, fundadora da ECOS e pesquisadora dos temas: sexualidade, direitos sexuais e direitos reprodutivos, diversidades e relações de gênero. Atuou como coordenadora e pesquisadora dos projetos: *Jovens do Sexo Masculino, Sexualidade e Saúde Reprodutiva* (Fundação FORD 2001-2002); *Violência de Gênero: o que pensam os nossos jovens* (ECOS, 2004); *Gravidez na Adolescência entre 10 e 14 anos* (Ministério da Saúde 2001-2003). *Educação Sexual na Escola e Direitos Sexuais e Reprodutivos: avaliação da política da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 2001-2005* apoiado pelo PROSARE – CCR/CEBRAP - Fundação MacArthur (São Paulo 2005-2006). Projeto multicêntrico *Criação de serviços de saúde amigáveis para adolescentes e jovens*, apoiado pela Save the Children UK (2005-2008). *Diversidade Sexual na Escola: novas práticas sobre sexualidade e cidadania* em parceria com o CORSA, apoiado pelo PROSARE/CCR/CEBRAP - Fundação MacArthur (2004-2005). Participou do projeto *Diversidade Sexual na Escola* com apoio do SECAD/MEC (2006-2008). Foi co-responsável pela concepção (livro do professor e vídeos) dos projetos *Sexualidade: Prazer em Conhecer* (2001) e projeto *Tá na Roda* (2003) em parceria com a Fundação Roberto Marinho, ambos compostos por livro do professor e vídeos. Foi membro da Comissão Julgadora do Prêmio Educação Cidadã *Melhores Práticas dos Temas Transversais dos PCNs na modalidade Orientação Sexual*, promovido pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo e Revista Educação (São Paulo 2002). É autora e co-autora de artigos, publicações, vídeos e materiais de advocacy. É membro do Conselho Diretor do Instituto Patrícia Galvão.